

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Bruna Gonçalves de Souza**

**Correndo atrás do prejuízo: a trajetória acadêmica de mulheres negras na pós-graduação e a urgência de uma universidade pública para além da política de cotas**

JUIZ DE FORA

2025

**Bruna Gonçalves de Souza**

**Correndo atrás do prejuízo:** a trajetória acadêmica de mulheres negras na pós-graduação e a urgência de uma universidade pública para além da política de cotas

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito à obtenção do grau de mestre em Administração.

Orientador: Angelo Brigato Esther

JUIZ DE FORA

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Souza, Bruna Gonçalves.

Correndo atrás do prejuízo: : a trajetória acadêmica de mulheres negras na pós-graduação e a urgência de uma universidade pública para além da política de cotas / Bruna Gonçalves de Souza. -- 2025. 87 p.

Orientador: Angelo Brigato Esther

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.

1. Mulheres negras. 2. Pós-graduação. 3. Interseccionalidade. 4. Ações afirmativas. 5. História oral. I. Esther, Angelo Brigato, orient. II. Título.

**Bruna Gonçalves de Souza**

**CORRENDO ATRÁS DO PREJUÍZO: A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE MULHERES NEGRAS NA PÓS-GRADUAÇÃO E A URGÊNCIA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA ALÉM DA POLÍTICA DE COTAS**

Dissertação  
apresentada ao  
Programa de Pós-  
graduação em  
Administração  
da Universidade  
Federal de Juiz de  
Fora como requisito  
parcial à obtenção do  
título de Mestra em  
Administração. Área  
de concentração:  
Gestão  
das Organizações

Aprovada em 14 de abril de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Angelo Brigato Ésther** - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profa. Dra. Mariana Luisa da Costa Lage**  
Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Governador Valadares

**Profa. Dra. Elisângela Prado Furtado**  
Fundação Dom Cabral

Juiz de Fora, 21/03/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Brigato Esther, Professor(a)**, em 14/04/2025, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisângela Prado Furtado, Usuário Externo**, em 14/04/2025, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Luisa da Costa Lage, Professor(a)**, em 15/04/2025, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2307306** e o código CRC **8AA0AE78**.

Dedico esta pesquisa para minha mãe, que acreditou e segue acreditando em mim e em um mundo melhor.

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de agradecer a Deus e aos meus guias, que nunca me desampararam, mesmo quando eu ainda nem sabia quem eles eram. O que foi desgastado pela pandemia e pela tentativa de conciliação entre uma vida pessoal, profissional e acadêmica, tem sido curado pelo amor que os orixás têm por mim. Em especial, agradeço ao Pedrinho da Praia, o erê que me fez rir quando quis chorar, me deu doces quando a vida estava amarga demais e me ofereceu esse presente, que é a dissertação.

Minha mãe, mais conhecida como Dona Marli, que trabalha desde os oito anos de idade no trabalho doméstico, escreveu essa dissertação junto comigo. Não literalmente, mas a escrita não seria possível sem ela. Foi ela que me ensinou, com uma embalagem de lata de leite em pó, a juntar as primeiras sílabas e formar as primeiras palavras lidas. Foi ela que me deu o amor e a atenção que me tornaram a pessoa sensível que sou aos problemas sociais. Foi ela que me incentivou, todos os dias, nessa longa jornada que foi o mestrado.

Meus amigos possibilitaram que eu não me perdesse completamente, por mais difícil que tenham sido os últimos anos. Deles, ganhei puxões de orelha muito necessários, companhia, motivos para rir, cuidado, afeto e muita compreensão. Não sou capaz de dizer o nome de todos eles, mas eu fiz e faço questão de deixar bem evidente o quanto eles são importantes para a minha vida. Aos que comemoraram comigo cada etapa concluída, cada publicação, cada apresentação em congresso e cada palavra desta pesquisa escrita, muito obrigada.

Meu orientador, Angelo, proporcionou uma experiência de mestrado que desenvolveu diversas habilidades minhas. Ele acolheu a minha proposta de pesquisa sem me invalidar enquanto pessoa e pesquisadora e me deu espaço quando precisei, respeitando os percalços da vida que atravessam, por vezes, a experiência de mestrado de uma estudante preta. A um professor que considera a universidade como um espaço para todas as pessoas, ficam aqui os meus sinceros agradecimentos.

Por fim, sou grata, de forma generalizada, mas posicionada, às políticas públicas e às tomadas de decisão que fizeram com que pessoas como eu (pobres, negras e mulheres) pudessem estar em uma universidade federal. Eu saúdo a todos os estudantes que enfrentaram esse espaço organizacional antes de mim, seja na graduação ou na pós-graduação, e aos que ainda nele vão estar. A universidade deve ser de todas as pessoas e para todas as pessoas.

“Cheguei à teoria porque estava machucada - a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender - apreender o que estava acontecendo ao meu redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura.”

bell hooks, *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*.

(hooks, 2013, p. 83)

## RESUMO

A partir da noção de que são atribuídos o silêncio, papéis inferiores em sociedade e a invisibilização às mulheres negras, procuro olhar para a universidade como um ambiente interseccional. Dessa forma, estabeleço que o objetivo principal do meu trabalho está centrado na identificação e caracterização de estratégias individuais e coletivas de mulheres negras contra o machismo e o racismo institucionais presentes no âmbito universitário. As participantes foram 15 mulheres e negras, respeitando o emprego da interseccionalidade, assim como devem cursar uma pós-graduação *stricto sensu* em uma universidade pública. Assim, observo como suas estratégias, quando aliadas à trajetória acadêmica, influenciam em sua permanência e conclusão na pós-graduação. A metodologia utilizada possui forte ligação com o discurso, já que é através dele que são produzidas e reproduzidas relações desiguais de poder e de dominação. Por conseguinte, opto por uma abordagem feminista negra, com a qual interpreto dados por meio das entrevistas de história oral, que analiso a partir da análise de discurso. Os resultados alcançados contribuem para a discussão para além de políticas de reserva de vagas, interseccionalidade e para uma universidade mais aberta, além de proporcionar escuta e melhores condições de acesso, permanência e conclusão da pós-graduação para tal coletivo.

**Palavras-chave:** Mulheres negras. Pós-graduação. Interseccionalidade. Ações afirmativas. História oral.

## ABSTRACT

Grounded in the understanding that black women are often subjected to silencing, subordination, and invisibility, this study examines the university as an intersectional space. The primary objective is to identify and characterize both individual and collective strategies employed by black women to confront institutional manifestations of sexism and racism within higher education. The study involved 15 black women enrolled in *stricto sensu* graduate programs at public universities, selected in accordance with an intersectional framework. The research explores how their strategies, when articulated with their academic trajectories, influence their retention and successful completion of graduate studies. Methodologically, the study is anchored in discourse, understood as a vehicle through which unequal power relations and systems of domination are constructed and maintained. A black feminist approach guides the analysis, with data collected through oral history interviews and examined using discourse analysis. The findings contribute to broader debates on affirmative action policies, intersectionality, and the transformation of the university into a more inclusive and equitable space, while also highlighting the importance of listening to and supporting the access, retention, and success of black women in graduate education.

**Keywords:** Black women. Graduate education. Intersectionality. Affirmative action. Oral history.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Etapas da Análise Crítica do Discurso	42
Tabela 2 – Nomes fictícios das entrevistadas	45
Tabela 3 – Problemas identificados e sugestões de solução/minimização	72

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO</b>	<b>10</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>19</b>
2.1 O QUE É INTERSECCIONALIDADE?	19
2.2 O RACISMO ESTRUTURAL E A SUBALTERNIDADE FEMININA COMO ORIENTADORES DA UNIVERSIDADE	21
2.3 MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR	24
2.4 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO	26
<b>3 CAMINHOS METODOLÓGICOS</b>	<b>29</b>
3.1 POSICIONAMENTOS	30
3.2 COLETA DE DADOS	35
3.3 ANÁLISE DE DADOS	38
<b>4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>45</b>
4.1 “ALGUÉM ME AVISOU PRA EU PISAR NESSE CHÃO DEVAGARINHO”: TRAJETÓRIA ACADÊMICA, RESISTÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	48
4.2 E EU, NÃO SOU UMA PESQUISADORA?: VIVÊNCIAS MACHISTAS E RACISTAS NO AMBIENTE ACADÊMICO	53
4.3 CORRENDO ATRÁS DO PREJUÍZO: OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS À PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DE MULHERES NEGRAS	62
4.4 “EU SOU PORQUE NÓS SOMOS”: COLETIVOS ESTUDANTIS COMO ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO	66
4.5 A URGÊNCIA DE UMA UNIVERSIDADE PARA ALÉM DAS COTAS: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO	69
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevista</b>	<b>87</b>

## PRÓLOGO

Começo estabelecendo que o uso da primeira pessoa do singular neste trabalho é consciente e pretende posicioná-lo a partir da noção de que as vivências e as subjetividades - quando bem alinhadas à teoria - têm muito a contribuir com as discussões científicas e, em especial, com as ciências sociais. Esta pesquisa surge de um questionamento feito a mim pelo meu orientador: “Bruna, o que te aflige?”. Confesso que fiquei em silêncio uns bons segundos, mas pensei em toda a minha trajetória de vida, escolar, acadêmica e profissional e percebi o quanto as experiências em todos os espaços são diferentes, a depender de quem você é, de onde você veio e do que você já viveu.

Eu sou uma mulher, negra, filha de dois trabalhadores domésticos e nascida em Niterói, no Rio de Janeiro. Eu cresci em uma década em que se acreditava que pessoas como eu só poderiam ter melhores condições de vida a partir dos estudos - e, nesse momento, gostaria de reforçar a sempre presente expectativa de proporcionar não só a si mesmo, mas também à família e entes queridos essa melhoria de vida, porque isso influencia na forma como o sujeito experimenta os espaços em que se insere. Foi nisso que acreditei desde os meus dez anos de idade e, mesmo muito nova, já sonhava com uma vaga em uma universidade pública.

Hoje, já mais amadurecida e em paz com o meu passado, percebo que as comparações sempre estiveram presentes em minhas experiências nos espaços em que me inseri. Tendo sido bolsista integral em uma escola privada e depois ingressado em um curso de graduação bastante elitista, não era raro que eu fosse a única pessoa negra nesses ambientes. Se formos considerar a interseção entre gênero e raça, esse episódio era - e ainda é - mais comum ainda. Para tentar ter alguma melhoria de vida, eu me inseri em espaços que já eram dominados, e essa dominação da qual eu falo é branca, capitalista e patriarcal.

É evidente que essas experiências trouxeram diversas consequências, inclusive em minha vida pessoal. Eu sempre me cobrei demais porque as organizações - e as pessoas dessas organizações - diziam, seja de forma mais velada ou completamente explícita, que, se eu ousava ocupar aqueles espaços, o mínimo que eu deveria fazer era ser a melhor em tudo. Li, uma vez, que uma mulher negra nunca seria apenas mulher ou apenas negra, a interseccionalidade sempre estaria presente, fazendo com que nós estivéssemos diversos degraus abaixo, não importa o que fizéssemos. O peso da excelência negra - e, em específico, da mulher negra - fez com que eu adquirisse a síndrome da impostora e um diagnóstico de

transtorno de ansiedade e depressão. Por ter ocupado lugares que, de acordo com a lógica colonialista, não eram meus, eu **sempre** tive que correr atrás do prejuízo.

Essa pesquisa surge, portanto, de uma inquietação e de uma indignação por ter sido imposta a mim - e a tantas outras mulheres negras - uma hierarquização social da qual sempre tive ciência, mesmo quando ainda nem era acadêmica. Surge também de uma indagação a respeito dos fatores comuns que nos levam a permanecer na carreira acadêmica e ingressar na pós-graduação. Será que podemos minimizar o racismo e o machismo institucionais e auxiliar nesses processos de permanência e conclusão através de medidas para além da política de cotas? Sou abertamente a favor de políticas de ações afirmativas em espaços normalmente dominados por homens brancos da elite, como na política e nas universidades. Todavia, entendo que a política de reserva de vagas, sozinha, não atinge sua eficácia enquanto medida reparadora de desigualdades sociais. Enxergo, na teoria e nas minhas vivências, que ainda há muito a ser feito quando se trata dos danos às mulheres, especificamente daqueles proporcionados por estruturas e organizações permeadas por uma ótica capitalista, racista e heteropatriarcal.

Devo ressaltar que possuo uma paixão pela universidade que me faz trabalhar com esse tema; afinal, foi nesse espaço que me encontrei como mulher, como negra, como acadêmica, como profissional e como pessoa. Acredito enormemente no potencial libertador e emancipador que a educação possui e espero contribuir para uma universidade cada vez mais aberta e de qualidade. A universidade, ao mesmo tempo que me fez sofrer muito, também me fez conhecer teorias e pessoas que se preocupam com questões tão importantes como gênero e raça no contexto brasileiro.

Tenho ciência de que muitas mulheres negras lutaram, antes mesmo de eu existir, para que nós pudéssemos ocupar espaços que, normalmente, são negados a nós ou nos quais retiram nossa voz, nossos sentidos e até a nossa existência. São elas: Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins, Audre Lorde, Angela Davis, Grada Kilomba e tantas outras que me fizeram perceber que pertencço - e devo pertencer - a todos os espaços que ocupo atualmente.

Faço uma menção especial à bell hooks, que faleceu durante o período de escrita da minha dissertação e representa uma grande perda para o feminismo negro<sup>1</sup> e para mim, que aprendi tanto sobre amor, educação e ativismo com ela. Espero que eu esteja contribuindo

---

<sup>1</sup> “O feminismo negro tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, construindo um significado coletivo para o empoderamento da mulher negra” (MESQUITA; TEIXEIRA; SILVA, 2017, p. 1).

para essa discussão tão pertinente e, através de minha pesquisa, possa oferecer escuta a essas vozes silenciadas dentro da universidade. Afinal, não precisamos que alguém nos dê voz - isso nós já temos. Não precisamos ser mero objeto de pesquisa - isso nós já fomos por muito tempo. Nós precisamos ser ouvidas.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao subverter a língua de Próspero — o homem branco —, Caliban — a mulher negra — abre caminho para a liberdade. Radicaliza o jogo. Expõe as regras do jogo que joga: conta o segredo. Descortina o mistério (WERNECK, 2016, p. 9).

Apesar de estar em uma trajetória crescente, o acesso de mulheres ao ensino superior possui suas particularidades por conta da questão de gênero, já que, durante muito tempo, determinou-se qual era o “lugar da mulher” (MOUTINHO, 2019). Quando o assunto é analisado a partir da interseccionalidade entre gênero e raça, as condições de ingresso às universidades públicas se tornam ainda mais cheias de obstáculos, pois mesmo ao entrar em universidades, as mulheres negras ainda são consideradas *outsiders within*<sup>2</sup> (COLLINS, 2016). Por conta disso, esse coletivo específico possui seu ingresso marcado em cursos de menor prestígio e em instituições de ensino superior privadas principalmente (MARCONDES *et al.*, 2013).

Além de ter que lidar com todo o tipo de pressão acadêmica, assim como os outros estudantes, as mulheres negras devem estar cientes dos espaços que elas ocupam, além de combater estereótipos de sujeitos submissos e lidar com currículos que podem promover a exclusão, limitar a mobilidade da universitária e restringir a socialização do conhecimento (SANTOS; MOREIRA, 2019). Por mais que mulheres negras sejam o maior grupo marcado pela interseccionalidade entre raça e gênero nas universidades públicas em 2019 em cursos de graduação (PNAD, 2019), segundo o Censo da Educação Superior (2016), apenas 3% do corpo docente é composto por mulheres negras doutoras em cursos de pós-graduação, por exemplo.

Conforme Góis (2008), a experiência escolar de mulheres negras acrescenta uma série de dificuldades não só ao acesso no ensino superior, como também à permanência e ao ingresso no mercado de trabalho. Adicionalmente, mesmo entre mulheres, as condições de permanência das estudantes negras são piores, já que possuem menos acesso a bolsas de estudo devido à necessidade de trabalhar integralmente e cursar o ensino superior à noite, por exemplo. Além disso, sabe-se que existem limitações da Lei de Cotas para reserva de vagas

---

<sup>2</sup> *Outsiders within* são mulheres negras e acadêmicas que possuem posicionamentos alternativos; por mais que estejam dentro das universidades, são vistas e se vêem como “estrangeiras”, devido às disposições hegemônicas. Apesar de todos os obstáculos, quando bem aproveitado, tal *status* pode proporcionar maior pluralidade ao debate científico, já que, muitas vezes, os *insiders* - ou aqueles que estão e são aceitos dentro da instituição - são incapazes de produzir outras formas de enxergar a realidade vivenciada (COLLINS, 2016).

na graduação, por exemplo, que estão evocando a necessidade de acompanhamento e até revisão de determinados aspectos (MEDEIROS *et al.*, 2016) - pois ela deveria ser acompanhada de outras medidas de reparação de tais desigualdades - assim como as justificativas relacionadas ao mito da democracia racial<sup>3</sup> têm-se popularizado para se questionar a lei (OLIVEIRA FILHO, 2009).

Nesse sentido, os coletivos de estudantes nas universidades se fazem extremamente relevantes para tal grupo, já que oferecem refúgio, apoio e aconselhamento, além de atuar “na reflexão e na reconstrução de sentidos sobre o que é ser mulher, de entender as outras mulheres, de construir os conhecimentos, transformando o ambiente universitário (AMARAL; MAFRA, 2020). Por conseguinte, para conduzir a presente pesquisa, entendo que mulheres negras pós-graduandas, as quais são historicamente invisibilizadas e silenciadas, possuem estratégias de enfrentamento e resistência - sejam elas coletivas ou individuais - ao racismo e machismo institucionais na universidade. Para isso, admito que existem fatores em suas trajetórias de vida - e, em específico, de suas trajetórias acadêmicas - que, quando somados a estas opressões, tornam-se empecilhos para a sua permanência e conclusão da pós-graduação, por mais que elas consigam ingressar de forma limitada nesses cursos. É importante mencionar que não se trata de uma permanência apenas econômica, mas também simbólica, já que a sua relação com as grades curriculares, professores e colegas de turma podem afetar seus desempenhos e condições de estudos. Isto ocorre devido ao currículo, por exemplo, ser permeado por relações de poder (MOREIRA; SILVA, 1994). Ao invés de recorrer somente a documentos ou a vozes dominantes, pretende-se ouvir sobre as experiências e as vivências de tais estudantes para contribuir com o debate das políticas de ações afirmativas<sup>4</sup>, as quais devem ir além da reserva de vagas.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Através de uma perspectiva com a qual questiono não apenas a universidade, mas também as bases em que nossa sociedade capitalista, patriarcal e racista se estrutura, o

---

<sup>3</sup> O mito da democracia racial diz respeito a um dos pilares em que se estruturou a construção da nação brasileira, a partir do qual surge a crença de que o Brasil não é marcado por conflitos raciais abertos (BERNARDINO, 2002).

<sup>4</sup> A discussão acerca de ações afirmativas no ensino superior brasileiro se iniciou apenas no começo do século XXI, podendo ser caracterizada como um tema recente. Ações afirmativas não compreendem (ou não deveriam compreender) somente políticas de ingresso, como no caso da reserva de vagas, mas também auxílios pós-ingresso, como questões pedagógicas, comunitárias e financeiras, contemplando as dimensões de permanência e pós-formação para grupos minoritários, como os de pessoas com deficiência, negras ou indígenas (SILVA, G., 2019).

problema que norteia essa pesquisa é: Quais são e o que caracteriza as estratégias individuais e coletivas que as mulheres negras pós-graduandas criam para enfrentar as opressões machistas e racistas presentes na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), MG?

## 1.2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Constitui-se, como objetivo principal desta dissertação, compreender quais são e o que caracteriza as estratégias individuais ou coletivas de mulheres negras pós-graduandas contra o machismo e o racismo institucionais presentes em uma universidade com recente aprovação de política de ações afirmativas.

Os objetivos específicos são:

- a) identificar de que formas a trajetória acadêmica de mulheres negras influenciou em suas experiências de enfrentamento e resistência na pós-graduação;
- b) caracterizar as práticas racistas e machistas sofridas a partir dos relatos das estudantes negras pós-graduandas;
- c) verificar obstáculos institucionais à permanência e conclusão da pós-graduação destas estudantes, os quais reforçam o machismo e o racismo vivenciados;
- d) compreender aspectos que afetam em sua escolha - ou não - em participar de grupos, como o coletivo AfroFlor (UFJF), enquanto estratégia de organização, posicionamento e enfrentamento coletivos;
- e) investigar quais outras ações afirmativas, além da política de cotas, podem auxiliar na permanência e conclusão da pós-graduação a partir dos relatos das alunas.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância do trabalho que proponho está centrada, primeiramente, na possibilidade de ampliação das discussões entre gênero e raça sobre a forma como a universidade é experimentada. Destaco a importância de ultrapassar as paredes de uma sala de aula e as páginas de um artigo científico ao se tratar de uma argumentação interseccional e alcançar as vivências das mulheres negras no ensino superior, pois

as salas de aula das faculdades podem ser o local onde se aprende sobre a interseccionalidade, mas as experiências em dormitórios, refeitórios, bibliotecas, eventos esportivos e, para quem precisa trabalhar para pagar os estudos, no emprego são onde a interseccionalidade é realmente vivenciada. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 70).

Ainda quando se tratam de contribuições acadêmicas, acrescento a oportunidade de ouvir pessoas que foram tratadas como mero objeto de estudo durante muito tempo, no sentido coisificado da palavra (XAVIER, 2019), sendo que seus depoimentos eram - e ainda são - distorcidos, editados e curvados às necessidades e vontades do pesquisador. O potencial da oralidade de mulheres negras para a construção de saberes pode contribuir para as ciências sociais, já que, para as mulheres negras, a experiência vivida e o uso do diálogo são importantes ferramentas para a construção de significados e conhecimentos (COLLINS, 2019, p. 410-419). Assim, espero contribuir para uma melhor compreensão sobre questões de gênero, raça, interseccionalidade, políticas educacionais e da universidade.

Ao pensar nas contribuições sociais de minha pesquisa, lembro que vivemos em um contexto nacional no qual autoridades governamentais da educação sugerem que o fato de pessoas as quais não sejam as dominantes (ou seja, cujo padrão não é masculino, de elite ou branco) frequentarem a instituição universitária pode enfraquecer o sentido da universidade. Em um país como o Brasil, em que mais da metade da população se autodeclara negra e em que a educação é vista como um instrumento de melhoria de vida e ascensão social, tal declaração é um absurdo e um desserviço, já que a educação deve ser “um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos no Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negados aos negros e às negras brasileiros” (GOMES, 2017, p. 24). Portanto, como contribuição social, penso que uma abordagem interseccional pode proporcionar uma universidade minimamente mais aberta, sobre a qual eu não tenha mais que questionar “aberta para quem?”, “aberta em que sentido?”.

Quanto às contribuições organizacionais e institucionais, compreender aspectos da história das mulheres negras pós-graduandas e sua articulação com as estratégias de enfrentamento e resistência ao machismo e racismo institucionais pode auxiliar a universidade a se aproximar mais de seu propósito de inclusão e qualidade. Isso pode ocorrer por meio de medidas e políticas que atenuem e até mesmo iniciem um processo que culmine na extinção de alguns dos obstáculos particulares enfrentados por esse coletivo. Por conseguinte, a pesquisa pode auxiliar na gestão das universidades e em sua aproximação de uma visão interseccional, a qual contemple os indivíduos que as compõem. Além disso, por mais que

pareça, em um primeiro momento, que as discussões sobre a interseccionalidade de mulheres negras estejam saturadas, Lage (2020) identifica que há muito espaço para trabalhos na área de estudos organizacionais que analisem organizações a partir de certos grupos sociais, como o de mulheres negras, principalmente ao utilizar visões não hegemônicas.

O objetivo específico de analisar a participação ou não das pós-graduandas em grupos, como coletivos e associações de estudantes, faz-se necessário devido à articulação entre epistemologia feminista negra e interseccionalidade, a qual torna fundamental a análise coletiva e de organizações que visem a transformação social (COLLINS, 2019). Como exemplo, tem-se o Coletivo AfroFlor (UFJF), formado em 2019 com o objetivo de combater o racismo e o machismo, assim como promover a autoestima e o acolhimento de mulheres negras (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019), assim como o Coletivo Marielle Franco (UFJF) e o Coletivo Descolônia (UFJF). Além disso, o fato de, mesmo entre mulheres, apenas 2% do corpo docente e 28% do corpo discente da pós-graduação serem compostos por mulheres negras na UFJF justifica o fato de a pesquisa estar centrada na instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2021a).

Ademais, ao considerar a população brasileira, tem-se uma porcentagem de 56,2% de pessoas que se autodeclararam como pardas ou pretas (PNAD, 2019). Entretanto, essa proporção não é refletida no perfil étnico-racial dos discentes dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da UFJF, visto que apenas 29,5% de seu corpo de estudantes se autodeclara negro<sup>5</sup>. Nesse sentido, mulheres negras representam apenas 15,28% dos pós-graduandos da UFJF (PROPP, 2021).

Com relação à discussão sobre a Lei de Cotas e reserva de vagas, a justificativa está pautada, primeiramente, nos dez anos da lei que serão completados em 2022 e na consequente possibilidade de sua revisão. Pretende-se desenvolver a presente pesquisa na UFJF, pois, com a aprovação de 50% das vagas para ações afirmativas em PPGs na UFJF a partir da Resolução 67 em outubro de 2021 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2021b), faz-se necessário discutir outros formatos de ações afirmativas para que tais medidas sejam reparadoras (PROPP, 2021) e atinjam seus objetivos em um período de tempo específico. A atuação conjunta de políticas de ações afirmativas proporciona a resolução mais eficiente das desigualdades presentes na educação. No contexto da UFJF, é importante ressaltar que “tanto a tendência de o aumento do percentual de discentes que se autodeclararam brancos(as) quanto a tendência de aumento de auto declaração como negro(a) parecem estar associadas à

---

<sup>5</sup> Compreende-se a população negra brasileira a partir da junção entre pessoas pardas e pretas (BERNARDINO-COSTA; SANTOS; SILVÉRIO, 2009).

diminuição de pessoas que deixam de realizar a auto declaração étnico-racial” (PROPP, 2021) e não às medidas reparadoras, o que torna urgente o fomento de mais pesquisas acerca do assunto.

Por fim, o uso do paradigma interseccional relacionado à abordagem feminista negra pode ser justificado por possibilitar a compreensão de aspectos teóricos relacionados à reflexão sobre a realidade brasileira, quando aliados às estruturas interseccionais. Ressalto que esta associação também me permite destacar a experiência de mulheres negras e latinas, já que, além de estratégia analítica, a interseccionalidade é um instrumento de empoderamento (COLLINS; BILGE, 2021, p. 57).

Estruturei este trabalho a partir de tópicos, sendo que o que foi apresentado até aqui pode ser compreendido como uma introdução. Além desta, a pesquisa é composta por um referencial teórico, o qual aborda a interseccionalidade e a presença de mulheres negras no ensino superior, pelos procedimentos metodológicos, os quais contemplam a delimitação das participantes, a abordagem feminista negra, as entrevistas de história oral e a análise de discurso, pelo cronograma e referências.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

(...) ela é uma aluna *negra* encarcerada em imagens racializadas, às quais ela tem de se opor todos os dias. Ela tem de se assegurar que pode provar que “nós somos tão inteligentes, se não até melhores, que as outras e outros (*brancas e brancos*)” (KILOMBA, 2020, p. 175).

Neste capítulo, primeiramente, apresento a definição e o desenvolvimento teórico acerca da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica. Em seguida, apresento alguns aspectos sobre o racismo estrutural e a lógica patriarcal como orientadores da universidade, assim como sobre a presença de mulheres negras nas universidades, a partir de uma perspectiva histórica e teórica.

### 2.1 O QUE É INTERSECCIONALIDADE?

A interseccionalidade pode ser compreendida como um instrumento teórico-metodológico que foi definido e disseminado por mulheres negras a partir da década de 1980. De acordo com Collins (2019), a interseccionalidade, enquanto paradigma, é relacionada a referenciais interpretativos e seu emprego tem como finalidade a explicação dos fenômenos sociais. Adicionalmente, a interseccionalidade

permite dar visibilidade às múltiplas formas de ser “mulher” sem cair no reducionismo de um princípio unificador comum mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão, transformando-as em mero objeto de disputa discursiva (RODRIGUES, 2013, p. 6).

A obra de Collins e Bilge (2021) é uma das mais importantes sobre o assunto com relação à mulher negra, em específico, e, a partir daqui, uso suas constatações para tecer alguns argumentos. A interseccionalidade pode ser compreendida como formas de investigação e práxis críticas<sup>6</sup> a partir das quais se deve analisar as relações e os domínios do poder, sejam eles estruturais, disciplinares, culturais ou interpessoais. Nesse sentido, a ferramenta desvela a forma como violências são compreendidas e colocadas em prática, além de compor uma importante ligação entre “racismo, colonialismo, heteropatriarcado, nacionalismo e capacitismo” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 79).

---

<sup>6</sup> Segundo Misoczky e Flores (2009), a práxis ocorre “quando a atividade teórica se vincula conscientemente à prática, quando se propõe a ser instrumento para a transformação da realidade e é concebida em função da ação revolucionária” (MISOCZKY; FLORES, 2009, p. 518).

Devo ressaltar que, para a interseccionalidade se estabelecer enquanto forma de investigação e práxis críticas, com uma excelente recepção da área de educação enquanto campo aplicado, foi de extrema importância a inserção de movimentos sociais nas universidades a partir da década de 1980. Enquanto práxis crítica, a interseccionalidade

requer o uso do conhecimento adquirido por meio da prática para orientar ações subsequentes na vida cotidiana. A solução de problemas está no cerne da práxis da interseccionalidade, e os tipos de problemas sociais gerados pelos sistemas interseccionais de poder prestam-se ao conhecimento desenvolvido pela práxis. A práxis entende que o pensar e o fazer, ou a teoria e a ação, estão intimamente ligados e moldam um ao outro. Rejeita concepções binárias que veem os estudos acadêmicos como fonte de teorias e estruturas e relega a prática às pessoas que aplicam essas ideias em contextos da vida real ou a problemas da vida real. O conhecimento baseado na práxis - por exemplo, a prática profissional de uma equipe médica treinada ou a habilidade de organizar movimentos sociais - considera que teoria e prática são interconectadas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 66).

Dessa forma, indivíduos que eram excluídos por estas instituições anteriormente, começaram a ser incorporados. Com eles, foram introduzidas no meio acadêmico noções como a de multiplicidade de opressões e a relevância de políticas identitárias. Esse encontro não foi pacífico de forma alguma; as propostas trazidas por estas pessoas entraram em choque com as normas acadêmicas, sendo que pôr em prática uma transformação institucional que levasse em conta tais conflitos se provou muito mais difícil do que o imaginado.

Ao passo em que a interseccionalidade possui uma forte ligação com políticas identitárias, conseqüentemente, ambas se tornam alvo de críticas. Uma delas se baseia na ideia de que sua associação traz apenas mais fragmentação e separação, principalmente ao enfraquecer a luta de classes. Por conseguinte, supõe-se que a redistribuição econômica é menosprezada quando comparada à luta pelo reconhecimento cultural (de gênero e raça, por exemplo). Entretanto, para a literatura que relaciona interseccionalidade e políticas identitárias, tais questões são indissociáveis, já que as formas de racismo e machismo compõem a estrutura de exploração de classe encaradas por mulheres negras.

Além disso, enquanto intelectuais, as mulheres negras possuem como única alternativa o resgate discursivo daqueles que foram negados por separatismos identitários (AKOTIRENE, 2019). Desse modo,

acreditamos que a política sexual sob o patriarcado é tão onipresente nas vidas das mulheres negras, quanto às políticas de classe e raça. Também achamos, muitas vezes, difícil separar opressões de raça, classe e sexo porque, nas nossas vidas, elas são quase sempre experimentadas simultaneamente. Nós sabemos que existe uma coisa que é uma opressão sexual-racial que nem é somente racial nem somente sexual (Manifesto do Coletivo Combahee River [1988] 2019, p. 200).

Uma outra crítica, provavelmente a mais importante de ser combatida, diz respeito à promoção da posição de vítima. Segundo os críticos, portanto, aqueles que aderem à política identitária assumem um *status* de vitimismo, diminuindo os seus empoderamentos. Mais uma vez, a literatura não contempla tais pressuposições, já que, além de valorizar tanto a redistribuição econômica quanto o reconhecimento cultural e não serem separatistas, aqueles que reivindicam políticas identitárias promovem maior mobilização política e engajamento coletivo. Por conseguinte, a interseccionalidade - quando associada à política identitária - não nos coloca em *status* de vitimismo, mas permite que compreendamos melhor as violências sofridas pela mulher negra, como no descaso do Estado brasileiro com seus direitos humanos (KYRILLOS, 2018) e na forma como esse coletivo é alvo da violência doméstica (MELO; RODRIGUES, 2017; REGO, 2019).

## 2.2 O RACISMO ESTRUTURAL E A SUBALTERNIDADE FEMININA COMO ORIENTADORES DA UNIVERSIDADE

Quando se trata do direito à educação no Brasil, considero importante analisar primeiramente tal assunto sob a perspectiva racial, já que tal olhar pode nos revelar elementos da exclusão social de pessoas negras no país (BERSANI, 2018). Nesse sentido, Almeida (2019) afirma que o racismo possui uma de suas dimensões ligada a fatores estruturais, já que este compõe a política social e fornece a lógica e o sentido necessários para a reprodução de desigualdades. Por conseguinte, há uma estrutura social que é composta pelo racismo, dentre outros fatores, como conflitos de classe e sexuais e, quando se pressupõe que determinadas ações individuais ou práticas institucionais são racistas, isto ocorre, pois, a sociedade em que estas estão inseridas tem o racismo como regra.

Assim, universidades são condicionadas a um modo de socialização já existente, e o racismo nesta instituição é parte dessa mesma estrutura que pretende proteger uma ordem social à qual pertence, pois, as instituições

são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p. 31).

Segundo Pegado (2017), a suposta universalidade presente no meio universitário atua como suporte de uma falsa acessibilidade democrática ao ensino superior público, já que negam de diversas formas as demandas específicas de determinados grupos. Além disso, segundo a autora, mesmo quando a universidade admite a presença de corpos negros em seu interior, não há acolhimento, devido à falta de preparo estrutural para que estas pessoas estejam neste espaço.

Isto é evidente no trabalho de Silva (2016), que identifica diversas barreiras na pós-graduação para pessoas negras, como a atribuição de estereótipos, a discriminação, a quase inexistência de disciplinas que abordam a temática racial e o desconhecimento dos orientadores sobre o assunto. Além de não cooperar com o ideal de uma universidade mais universal, esta desinformação dificulta o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. Por conta disso, considero relevante destacar que, por mais que a universidade não crie o racismo, mas o reproduza a partir de uma estrutura pré-existente, ao fechar os olhos para tais barreiras, ela se torna ética e politicamente responsável pela sua manutenção, assim como indivíduos que se calam diante de tais situações (ALMEIDA, 2019).

Percebe-se que, apesar de existir uma expansão das universidades nos últimos anos, ainda é grande a disparidade na pós-graduação ao considerar a perspectiva racial, assim como ocorre com a representatividade feminina, por mais que as mulheres sejam maioria no ensino superior do país (RICOLDI; ARTES, 2016). Por conseguinte, apesar do aumento no ingresso de mulheres no ensino superior do Brasil, a autora estabelece que mulheres negras - especificamente as pretas - ainda não desfrutam dessa maior abertura das universidades.

Dessa forma, nota-se que a ótica de gênero também é importante para tratar do corpo discente universitário, já que as violências sofridas por essa desigualdade vão desde o âmbito familiar até o ensino superior. Nas universidades, a violência é mais sutil e é normalmente naturalizada pelos agressores e também pelas vítimas, devido à imersão na sociedade brasileira em relações de poder, dominação e violência (GODINHO, 2020). Quanto à atuação de mulheres na universidade como professoras ou pesquisadoras, por exemplo, há diversas dificuldades, como a atuação maternal, questões de gênero quanto à escolha profissional, o processo seletivo de ingresso e as condições de produção e produtividade acadêmicas. Por isso, em programas de pós-graduação em Administração, por exemplo, as diferenças de participação docente são alarmantes e estão longe de uma igualdade entre homens e mulheres (FARBER; VERDINELLI; RAMEZANALI, 2012).

Para a discussão acerca da subalternidade<sup>7</sup> feminina, deve-se considerar que, de acordo com Spivak (2010), foi construída juntamente à “imagem” da mulher, uma relação entre o feminino e o silêncio, sendo também raça e classe articuladas nesse sentido. A autora defende que esta imposição hegemônica proporciona a possibilidade de uma episteme que questione a nossa impossibilidade de falar, já que

(...) a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 66-67)

Exemplificando, de acordo com Ferreira e Casagrande (2016), no caso de carreiras de Ciência e Tecnologia, esta desigualdade no corpo docente é um reflexo do menor incentivo e maior imposição de barreiras ao ingresso e permanência de mulheres em profissões acadêmicas desde a educação básica. Isto ocorre devido às disputas de poder entre grupos sociais como os de sexo e gênero que afetam a construção e prática da ciência. Nesse sentido, o movimento de mulheres negras toma grande importância ao se apropriar da interseccionalidade entre dois grupos que são minoritários na universidade, pois é capaz de produzir saberes, pedagogias e subjetividades desestabilizadoras (GOMES, 2017). Há uma articulação entre este e outros movimentos sociais, como o LGBT, o feminista e o indígena, em prol da superação do racismo, patriarcado e capitalismo global, visando a emancipação social.

Segundo hooks (2019), mesmo com pessoas mais abertas, relatos de situações de racismo são encarados com uma postura de descrença. Práticas racistas, como a comparação entre mulheres negras, piadas e humilhações, devem ser encaradas com o posicionamento submisso das pós-graduandas, sem desafio ou enfrentamento das autoridades. É importante ressaltar que essa submissão é incentivada, de acordo com a autora, não apenas pelos docentes e demais profissionais da alta hierarquia universitária, mas também pelos estudantes que são, geralmente, homens e brancos que as aconselham. Além disso, tais opressões ocorridas na pós-graduação não somente influenciam em seus desempenhos acadêmicos, como também na empregabilidade de mulheres negras acadêmicas, as quais experimentam intenso isolamento e solidão devido ao predomínio do racismo e machismo nas universidades.

Por conta disso, a lógica patriarcal e o racismo que estruturam a sociedade colocam a mulher negra em uma situação de inferioridade, a qual se estende para os âmbitos

---

<sup>7</sup> O subalterno é o Outro, sendo este estabelecido a partir de critérios hegemônicos.

institucionais (GOMES; CARNEIRO; MADEIRA, 2018). Tal processo sociohistórico já possui múltiplas resistências que resultam em mudanças sociais, mas torna-se necessário obter uma visão interseccional para superar os obstáculos impostos por tais orientações.

### 2.3 MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

A colonização de nossas terras e indivíduos estruturou uma forma hierarquizada a partir de grupos que representam diferentes papéis na sociedade. Ao considerar o caráter patriarcal e sua relação com a sociedade colonial, o peso social recaiu de forma extrema sobre a mulher negra (NASCIMENTO, 2021). Mesmo que a escravidão tenha sido abolida e a sociedade seja mais flexível, a sua consequente atribuição de papéis de servidão, produção e reprodução à mulher negra permanece presente, agora sob outros formatos. Por conseguinte, a mulher negra se encontra na posição mais baixa dentro dessa hierarquia social brasileira e se torna um desafio que consiga se qualificar, por exemplo, e conquistar melhores vagas de emprego. Mesmo quando surge o movimento feminista no país, suas características são eurocentradas e silenciam vozes oprimidas (CARNEIRO, 2003). Por conta disso, as mulheres negras brasileiras tiveram que construir seu próprio movimento para lutar pelos seus direitos (COLLINS; BILGE, 2021, p. 44).

Entretanto, tais condições não são uma exclusividade brasileira. Além disso, o machismo e o racismo estão presentes não só na sociedade, mas também nas universidades. Ao tratar da experiência da mulher negra na pós-graduação, hooks (2019) utiliza a expressão “quebrar seu espírito” para tratar das táticas dos professores para diminuir e desestimular pessoas como ela a ocupar o ambiente universitário, seja de forma mais explícita ou velada. Além de afetar o desempenho acadêmico dos estudantes, tais estratégias dos docentes afetam diretamente a qualidade de vida, o sentido de existência, o senso de autoestima e a integridade pessoal dos discentes, através de piadas, comparações e imposições de obstáculos. A experiência de estudantes não brancos, por exemplo, se diferencia dos demais pois a humilhação “comum” na pós-graduação não é vivida somente no *campus*, ela se estende a formas de exploração e dominação rotineiras na vida dos discentes negros.

Assim como hooks (2019), o trabalho de Ladeira (2019), ao investigar a forma como a universidade impacta na vida pessoal e acadêmica de mulheres negras, encontra resultados que apontam para a solidão e para uma identidade construída através do preconceito sofrido por essas estudantes. Apesar disso, conforme Silva (2018), tais discentes compreendem a importância de sua presença no espaço universitário e buscam formas de resistir e se adaptar a

essas opressões, pois tratam o espaço como uma conquista individual e coletiva. Considero importante destacar que, mesmo enquanto professoras, essas pessoas têm a obrigação de reforçar suas identidades enquanto mulheres e enquanto negras para sobreviver à estrutura do ensino superior que articula racismo, machismo, sexismo e capitalismo (SILVA, 2013).

Contudo, vale ressaltar que a universidade não é onde se inicia o processo de construção da identidade negra, já que a família, a escola e a participação nos movimentos sociais são anteriores a este espaço. Por conseguinte, a universidade é onde se fortalece tal processo, já que, por exemplo, o estudante precisa se declarar negro durante o processo seletivo de ingresso, o qual tem uma estrutura de ações afirmativas que o reconhecerá assim. Além disso, a convivência (ou não) com outros universitários negros também contribui de forma relevante para a construção de suas identidades (OLIVEIRA, 2013).

Nesse sentido, a não convivência com outros colegas negros tem um peso para as universitárias que ingressam nas instituições, já que elas sentem a responsabilidade de se tornar modelos de referência para outras pessoas que partilham das mesmas categorias sociais que elas (GOMES, 2008). A consciência de que nosso desempenho, enquanto pioneiros na instituição, pode influenciar nas experiências futuras de outros universitários negros proporciona uma intensificação da ansiedade desde o início, já que sabemos que, devido a uma concepção racista, a forma como um estudante negro se comporta leva a universidade a crer que consegue prever o desempenho de todos os outros futuros discentes negros (HOOKS, 2019).

Segundo Silva (2020), no caso de mulheres negras que são pós-graduandas e mães, a trajetória acadêmica destas pessoas se torna bastante peculiar, pois, além de lidar com múltiplas formas de opressões interseccionais, faz-se necessária uma rede de apoio - familiar, principalmente - que as auxiliem com a conciliação de tarefas, a qual muitas das vezes não é obtida ou é disponibilizada somente a partir da atuação de mulheres. Deve-se ressaltar que esta interação ocorre em um contexto de atribuição do papel de servidão à mulher negra, sendo que estas pós-graduandas encontram grandes dificuldades na construção de seu capital científico - através de publicações e participações em eventos. Dentre outros motivos, isto ocorre pela falta de assistência da universidade, que considera a maternidade como um aspecto pessoal da vida destas pessoas, ignorando questões que afetam suas experiências acadêmicas.

Gostaria de destacar que, mesmo ao focar nas experiências universitárias de mulheres negras, devo ter sensibilidade com os relatos enquanto pesquisadora, já que diversos fatores pessoais se entrelaçam à trajetória acadêmica dessas estudantes. Isto fica evidente no trabalho

de Freitas (2020), o qual, ao analisar a construção identitária de universitários no contexto de diversidade a partir da relação de poder entre *insiders* e *outsiders*, identifica não somente dores relacionadas ao ambiente da universidade, mas também à invisibilidade social e à solidão e estigmatização puramente sexual da mulher negra.

Ao lidar com mulheres negras como um grupo social e historicamente desfavorecido, Holanda (2008) admite que existem fatores em nossas trajetórias que exemplificam as desigualdades brasileiras presentes na sociedade e que a universidade se apresenta como uma possibilidade de um futuro melhor. Por conta disso, a autora conclui que políticas de ações afirmativas são necessárias e urgentes para que sejam proporcionadas melhorias em nossa qualidade de vida. A trajetória das mulheres negras também tem sua importância marcada quando se tratam de docentes e pesquisadoras, já que deixam claro o seu trabalho efetivo contra a discriminação por meio da construção de metodologias e epistemologias e do enfrentamento necessário para suas sobrevivências, seja no nível interpessoal ou profissional (EUCLIDES, 2017).

#### 2.4 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

A discussão acerca de ações afirmativas nas universidades brasileiras enfrenta uma série de oposições, principalmente centradas no mito da democracia racial (BERNARDINO, 2002). Ao considerar a pós-graduação, penso que essas objeções crescem em quantidade, visto que o ambiente de cursos de mestrado e doutorado, por exemplo, é amplamente permeado por processos meritocráticos<sup>8</sup> combinados com critérios de preferências (CARVALHO, 2004), que vão desde à concessão de bolsas aos melhores currículos (COSTA; NEBEL, 2018) até às altas cobranças por produção científica, visto que nela é baseada a avaliação de pesquisadores e programas de pesquisa (CORREIA; ALVARENGA; GARCIA, 2011).

Segundo Pereira e Neto (2019), por mais que um pouco mais de 50% da população brasileira se autodeclare negra, apenas 27,08% do corpo discente das pós-graduações brasileiras é composta por pardos e pretos. Por mais que os dados sejam historicamente alarmantes, as ações afirmativas nos programas de pós-graduação brasileiros são um assunto recente e fomentado pela Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016, instituída no

---

<sup>8</sup> “A meritocracia, tomada como sistema de hierarquização social baseada no mérito, sugere que todas as pessoas a serem avaliadas têm iguais condições de oportunidades e se diferenciam “unicamente” pelo mérito individual.” (TABORDA *et al.*, 2006, p. 102).

governo de Dilma Rousseff e publicada pelo Ministério da Educação (MEC), cujo objetivo está centrado na promoção de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu*.

Entretanto, deve-se ressaltar que, por mais que a Portaria Normativa nº 13/2016 tenha sido o catalisador das discussões relacionadas às ações afirmativas nos PPGs brasileiros, de acordo com Venturini (2019), esta questão entrou na agenda de programas e universidades específicas por conta da pressão discente, docente e da exigência de reitorias e órgãos superiores, e não devido ao seu ingresso na agência geral de políticas públicas do Brasil.

Percebe-se que as políticas de ações afirmativas na pós-graduação proporcionam diversidade, por exemplo, ao campo de pesquisa, o que é um resultado esperado, a depender da forma como são implementadas. Entretanto, torna-se importante destacar os desdobramentos desse impacto, que extrapolam questões sociais e de direitos humanos. Nesse sentido, Marrara e Gasiola (2011) apontam que existem dois efeitos evidentes da diversidade acadêmica, sendo os primeiros deles chamados pelos autores de efeitos individuais ou internos. Estes dizem respeito à interação entre as motivações e fatores pessoais do pesquisador e a sua pesquisa, admitindo que existe uma parcialidade natural nessa relação. Por conta disso, pesquisadores que possuem “experiências diretas com respeito à exclusão social” (MARRARA; GASIOLA, 2011, p. 24) proporcionam atributos não somente intelectuais, experiências e disposição, mas também vivências pessoais que podem auxiliar na produção de pesquisas de grande impacto social, o que é corroborado pela afirmação de Patricia Hill Collins sobre o aumento da pluralidade no debate científico com a admissão de *outsiders*.

Já os efeitos colaterais ou externos da diversidade acadêmica dizem respeito aos sentidos simbólicos da presença de uma pessoa com deficiência, por exemplo, no ambiente acadêmico, devido à possibilidade de transformar a percepção dos demais sobre a realidade social em que estão inseridos. Por conseguinte, pesquisadores que possuem maior contato com ambientes permeados pela diversidade utilizam não apenas estímulos internos à sala de aula, mas também externos, visto que novos questionamentos, argumentos e pontos de vista podem ser proporcionados por esse processo.

Todavia, escrevo o presente trabalho para defender ações afirmativas que ultrapassem o já complexo objetivo de aumentar o ingresso de pessoas negras a partir da política de cotas nos programas de pós-graduação, visto que dimensões como a permanência, a conclusão e até mesmo a pós-formação também devem ser observadas. Digo isto, pois negros encontram, nos PPGs, um ambiente com falta de representação de sua comunidade e com medidas de silenciamento quanto ao discurso antirracista. Isto fica claro no trabalho de Carvalho (2004),

que denuncia os vieses presentes em bancas de seleção de pós-graduandos em áreas de Ciências Sociais para aqueles que pretendam trabalhar com linhas de pensamento mais conciliatórias quanto à hierarquização racial, como aquelas provenientes de Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre.

Por conseguinte, a sobrevivência, por assim dizer, de pesquisadores negros em um circuito hegemônico depende de seus posicionamentos para a manutenção de discursos de democracia racial. Nesse sentido, o debate sobre gênero deve ser central na discussão acerca de ações afirmativas, visto que pós-graduandas negras, ao ingressar no ambiente universitário, enfrentam uma série de estereótipos racistas e sexistas que podem incidir com enorme intensidade sobre as estudantes e influenciar negativamente suas autoestimas como intelectuais (CARVALHO, 2004).

### 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser convenientes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida (GONZÁLEZ, 2020, p. 250).

Segundo Patias e Hohendorff (2019) e Batista, Mocrosky e Mondini (2017), diferentes visões de realidade e conhecimento se particularizam por conta da abordagem metodológica utilizada, sendo que nenhuma perspectiva é melhor do que outra. Entretanto, diferentes percepções da realidade e do fenômeno a ser analisado implicam na divergência no uso de métodos. Adicionalmente, deve-se ter em mente que certos coletivos de pessoas foram apagados e negados enquanto passado para que se pudesse construir uma nação. Por conseguinte, quando se escreve sobre processos sociais que silenciam e marginalizam determinados grupos, deve-se possuir consciência ontológica, epistemológica e política para que os paradigmas e metodologias adotados não contribuam ainda mais para a invisibilização desses indivíduos (MIRANDA, 2017 *apud* SILVA, E., 2019, p. 118).

Ao tratar da classificação quanto aos objetivos da pesquisa, esta investigação é particularizada pelo seu caráter descritivo, já que tem como motivação o estudo das características de vida de determinado grupo (GIL, 2002), sendo, neste caso, o de mulheres negras que conseguiram alcançar o ensino superior. Além disso, de acordo com Oliveira (2008), a pesquisa descritiva possibilita o estudo em detalhamento e exatidão, servindo como base para pesquisas que busquem explicar os mesmos fenômenos estudados

Já ao abordar a sua natureza, fez-se necessário o emprego da pesquisa qualitativa, já que esta é particularmente relevante quando se estuda relações sociais. Isto ocorre devido ao seu reconhecimento da pluralidade de esferas da vida, sendo que esta pluralização demanda uma sensibilidade quando se realiza um estudo empírico direcionado a essas questões (FLICK, 2008). Por conseguinte, a presente pesquisa é permeada pela intenção de ter uma aproximação entre pesquisadora e participantes, pois a pesquisa qualitativa possibilita o enfoque no processo frente à estrutura social, a visualização do contexto e a conexão empática que visa a melhor compreensão do fenômeno (NEVES, 1996). Tal noção é corroborada pela visão de Jaccoud e Mayer (2008), na qual o papel do pesquisador se transformou ao longo do tempo, passando de mero informante à variável significativa do processo de pesquisa qualitativa.

Adicionalmente, a coleta dos dados ocorreu por bola de neve até o nível de saturação dos dados, segundo a classificação de pesquisa quanto à escolha do objeto de estudo e seus critérios de inclusão e exclusão. A coleta por bola de neve opera com a indicação de nomes a partir de respondentes iniciais, a partir das quais são selecionadas respondentes adicionais pela pesquisadora. Por mais que a ferramenta tenha a possibilidade de trazer vieses à pesquisa, principalmente relacionados à similaridade de narrativas de indivíduos pertencentes de uma mesma rede e consequente omissão de outras vozes, a indicação de pessoas dispostas a serem participantes traz confiabilidade ao pesquisador (VINUTO, 2014).

Como critério de inclusão da pesquisa, as participantes fazem parte do corpo discente dos PPGs *stricto sensu* da Universidade Federal de Juiz de Fora composto por mulheres negras, para que sejam alcançadas as pós-graduandas que cursam o mestrado ou o doutorado na instituição. Suas identidades são preservadas por meio do uso de nomes fictícios, sendo que o número de participantes atende o critério de ponto de saturação da pesquisa.

Torna-se necessário ressaltar que não foi um critério desta pesquisa que as participantes sejam componentes de coletivos, associações ou outros formatos de grupo, já que também há o objetivo de detectar motivos pelos quais as pós-graduandas buscam – ou não – o apoio coletivo dentro das universidades. Como critérios de exclusão da pesquisa, têm-se estudantes que realizaram a desistência ou trancamento do curso ao decorrer da pesquisa, estudantes que realizam alguma espécie de intercâmbio ao longo do estudo, como um doutorado sanduíche, e outros tipos de afastamentos do curso, como licenças por parte das estudantes, para que sejam destacadas as vivências daquelas que vivenciam situações de racismo e machismo no momento do desenvolvimento da pesquisa.

Além da caracterização metodológica dessa pesquisa, essa seção também compreende a definição das futuras participantes da pesquisa e os posicionamentos que escolhi para determinar o problema central, meu referencial interpretativo e as contribuições da dissertação, além dos procedimentos para coleta e análise de dados.

### 3.1 POSICIONAMENTOS

A América Latina é dotada de diversos traços históricos europeus - sejam eles materiais ou subjetivos - apesar de haver muita distinção entre as experiências latinoamericanas. Por conseguinte, ao utilizar uma perspectiva eurocêntrica, a imagem obtida

é distorcida e parcial (QUIJANO, 2005). Segundo Dias (2020), a colonialidade do saber<sup>9</sup> estabelece, nesse contexto, limites ontológicos, geográficos e epistemológicos do que é aceito como conhecimento e até como forma de pensamento. Existem muitas abordagens que reúnem esforços para lidar com cenário, sendo uma delas a epistemologia feminista negra, a qual se apresenta como a abordagem utilizada nesta pesquisa.

A epistemologia feminista negra admite que as estruturas ocidentais de validação do conhecimento possuem uma dominação elitista, branca e patriarcal (COLLINS, 2019). Com isso, paradigmas e epistemologias tradicionais do meio acadêmico também são dominados por tal grupo. Por tratar de temas como ativismo político, trabalho e política sexual, o pensamento feminista negro enfatiza opressões interseccionais, algo de extrema importância para o presente trabalho.

Apesar de ganhar visibilidade nos últimos anos, esta corrente ainda é subjugada no ensino superior. Nesse sentido, esta perspectiva me permite questionar a forma como as relações de poder estabelecem a suposta verdade e os motivos pelos quais é estabelecida desta maneira, além de estar de acordo com o meu problema de pesquisa e com o referencial interpretativo utilizado para a análise dos dados desta pesquisa. Considero importante destacar, a partir do livro “Pensamento Feminista Negro” de Patricia Hill Collins (2019), alguns pontos importantes quanto ao posicionamento acadêmico. O primeiro deles diz respeito à influência do eurocentrismo na validação do conhecimento, já que uma pesquisa que se propõe a uma interpretação sobre a mulher negra mais distante das tradicionalmente aceitas corre o risco de ser descartada, apenas por não ser próxima do *mainstream* - por mais que ela seja verdadeira.

Há também uma incompatibilidade entre as normas acadêmicas vigentes e a corrente feminista negra, pois, por vezes, acadêmicas que tratam do assunto podem saber que determinados fatos são verdadeiros para a população analisada, mas não encontram forças ou simplesmente não podem ir de encontro aos conhecimentos já aceitos e estabelecidos como verdadeiros pelo grupo que se encontra como validador do saber. Um exemplo de invisibilização é encontrado na quantificação de narrativas pessoais de mulheres negras, a qual apaga a individualidade das pessoas para a busca por resultados que são mais admitidos, como aqueles de base positivista.

---

<sup>9</sup> “O argumento da noção de colonialidade do saber é relativamente simples: se o fim dos sistemas coloniais não representou a superação de suas estruturas de dominação, uma das dimensões mais significativas nas quais esta dominação se expressa é a do conhecimento” (DIAS, 2020, p. 50).

Ao utilizar padrões diferentes, faz-se necessário saber quais são as dimensões da epistemologia feminista negra. A primeira delas é a experiência vivida como critério de significado, pois “viver como uma mulher negra exige sabedoria, pois o conhecimento sobre as dinâmicas das opressões interseccionais foi essencial para a sobrevivência das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p. 410). Por conseguinte, o que se pretende é questionar a noção de que a educação formal, por exemplo, é a única forma de construção do pensamento aceita.

Outra dimensão importante desta perspectiva é o uso do diálogo na avaliação de reivindicações de conhecimentos, devido à importância da conexão - e não da separação - para o processo de validação do conhecimento. Assim, é a partir do senso coletivo e da interação que as pessoas se tornam mais humanas e empoderadas. Deve-se ter em mente que “diálogo implica uma conversa entre dois sujeitos, não a fala de sujeito e objeto. É um discurso humanizador que desafia e enfrenta a dominação” (hooks, 2019, p. 268).

A terceira dimensão da epistemologia feminista negra para a validação do conhecimento está centrada na ética do cuidar, a qual enfatiza a singularidade individual, atribuição de relevância para a expressividade pessoal, a presença da emoção nos diálogos - um indicativo de que a falante acredita na validade de determinado argumento - e a capacidade de empatia (COLLINS, 2019).

A ética da responsabilidade pessoal também é um elemento caracterizador desta corrente, pois admite que a pesquisadora possui o dever de se responsabilizar pela sua reivindicação do conhecimento, sendo que aspectos individuais são levados em conta, como o caráter e os valores dos indivíduos. A partir dele, há o questionamento do uso do conhecimento formal por escrito como única fonte de validação do conhecimento (COLLINS, 2019).

A abordagem feminista negra possibilita que questões epistemológicas da política transversal sejam exploradas, já que “raça e gênero podem ser analiticamente distintos, mas na vida cotidiana das mulheres negras eles operam juntos” (COLLINS, 2019, p. 429). A partir de um ponto de vista parcial - e não universal - são compartilhados conhecimentos localizados e parciais, sendo que o conhecimento é inacabado. Assim, satisfaz-se a condição necessária para se fazer ouvir devido à confiabilidade conquistada. É importante destacar que

as epistemologias alternativas colocam em xeque todos os conhecimentos legitimados, questionando se aquilo que se acreditava ser verdade seria capaz de resistir ao teste dos métodos alternativos de validação da verdade. A existência de um ponto de vista autodefinido pelas mulheres negras, que utiliza a epistemologia feminista negra, põe em questão o conteúdo atualmente reconhecido como verdade,

ao mesmo tempo que questiona os processos que permitiram chegar a essa verdade (COLLINS, 2019, p. 432).

Segundo Figueiredo (2020), há um diálogo constante entre a epistemologia feminista negra brasileira e a afroamericana, sendo que teoria, metodologia e prática política são articuladas para alcançar o objetivo de transformação social. Nesse sentido, uma abordagem epistemológica alternativa pode proporcionar a restituição de fala e de produção teórica e política daqueles que foram silenciados, além de um diálogo intercultural e propenso à transmodernidade<sup>10</sup> (QUIJANO, 2005). Deve-se ressaltar que, com a colonialidade ocorrida na América Latina, houve a imposição de

uma estrutura de controle e administração de autoridade, economia, subjetividade e normas e relações de gênero e sexo, que eram conduzidas pelos europeus (atlânticos) ocidentais (a península ibérica, Holanda, França e Inglaterra) tanto nos seus conflitos internos, como na sua exploração do trabalho e expropriação de terras (MIGNOLO, 2017, p. 4-5).

Essa estrutura é caracterizada por sua particularidade duradoura e de exclusão, já que as regras do jogo foram montadas pelas nações europeias a partir de conflitos de interesse e atores como os negros e os indígenas foram simplesmente deixados de fora.

Assim, é introduzida a ideia de matriz colonial de poder, sendo esta realizada a partir de uma série de nós históricos-estruturais. Suas quatro cabeças dotadas de controles interrelacionados dizem respeito aos âmbitos econômico, de autoridade, do gênero e da sexualidade e do conhecimento e da subjetividade, sendo que estas cabeças são caracterizadas pelas lutas das nações europeias entre si e destas com os povos africanos e indígenas. As quatro cabeças são firmadas a partir de duas pernas, sendo eles o fundamento racial e o fundamento patriarcal do conhecimento, os quais são responsáveis por legitimar esta ordem mundial (MIGNOLO, 2017).

Por conseguinte, o pensamento e a ação de abordagens epistemológicas alternativas podem constituir uma resposta, uma “desobediência epistêmica” e um desligamento da matriz colonial. Identifica-se uma intensa relação entre os fatores racial e patriarcal, já que “as relações hierárquicas sexuais dependem muito, no mundo moderno/colonial<sup>11</sup>, da classificação

---

<sup>10</sup> A partir do trabalho de Enrique Dussel, Quijano (2005, p. 124) explica que a transmodernidade é uma “alternativa para a pretensão eurocêntrica de que a Europa é a produtora original da modernidade”.

<sup>11</sup> Ao relacionar moderno e colonial, Mignolo (2017) busca trazer a noção de que a modernidade possui um lado constitutivo obscuro, sendo este a colonialidade. Por conseguinte, segundo o autor, ao mesmo tempo em que a barra “/” separa, ela também une os dois termos. Para Maldonado-Torres (2008), a virada descolonial concebe, globalmente, a descolonização (e não a modernidade) como um projeto ainda inacabado. Nesse sentido, a descolonização é uma espécie de resposta, ou ainda, de um agrupamento de inúmeras estratégias e formas de

racial” (MIGNOLO, 2017, p. 10). A realidade latinoamericana é marcada por um padrão colonial de poder, saber e ser (GROSGUÉL, 2008) e, por conta disso, há a exclusão de novas perspectivas e, portanto, de novos conhecimentos. Assim, por mais que as ciências sociais se esforcem para tratar de aspectos simbólicos, comportamentais, morais e linguísticos, por exemplo, essas investidas se perdem no meio de uma enxurrada de demandas relacionadas a questões econômicas e políticas (DIAS, 2020).

As fronteiras marcadas pela diferença colonial estabelecida na América Latina podem ser vistas como o *locus* de enunciação, sendo que este não se refere apenas à localização geopolítica, mas também a raça, gênero, sexo e demais hierarquias que se relacionam ao corpo. O corpo colonizado tornou-se, a partir da visão colonial, um corpo sem vontades, preparado para a servidão, com ausência de subjetividades e vozes. Enquanto o homem foi direcionado para a mão de obra, a mulher foi reduzida a um objeto de prazer e de desejo e assim foram atribuídas e impostas as suas identidades (QUIJANO, 2005). O movimento do feminismo intelectual negro, a partir desse contexto, buscou estabelecer que a epistemologia hegemônica, por mais que afirme ser dotada de neutralidade e universalidade, é branca e patriarcal (BERNARDINO-COSTA; GROSGUÉL, 2016). Com isso, quando o objetivo é construir um pensamento de fronteira a partir de uma perspectiva subalterna, considera-se a trajetória individual de mulheres negras como um privilégio epistemológico.

Além disso, aliada à interseccionalidade entre raça e gênero, pode ter o caráter emancipador, a depender do contexto social, e, por conseguinte, compor projetos decoloniais de luta e resistência. Outra justificativa de seu emprego epistemológico, ao analisar a experiência de mulheres negras no ensino superior, é a possibilidade de auxiliar na superação de um padrão de poder que criou a categorização de raças e, a elas, atribuiu funções e posições dentro de uma sociedade hierarquizada (BERNARDINO-COSTA, 2014).

Para as acadêmicas negras brasileiras, tal abordagem possibilita a nossa ocupação em ambientes acadêmicos, sendo estes “campos de disputa epistêmica contra a reprodução da ciência que se acostumou a nos impor o lugar de objeto” (DANIEL, 2019, p. 33). Por conseguinte, há a possibilidade de construção de uma ciência que considere o cuidado, as emoções, o diálogo, a responsabilidade e a posição epistêmica como bases do conhecimento.

A epistemologia feminista negra dialoga diretamente com a interseccionalidade e, portanto, abre espaço para enegrecer, feminilizar e descolonizar as lentes epistêmicas a partir da experiência pessoal de mulheres negras (CARNEIRO, 2003), sendo que o objetivo é

---

protesto que representam uma mudança radical nas atuais formas de ser, saber e poder impostas pela colonização.

ampliar e desmistificar a história, pois, enquanto coletivo intelectual, tal grupo de indivíduos ingressou expressivamente de forma muito recente nas universidades (FIGUEIREDO, 2020). Todavia, vale ressaltar que o propósito não é apenas relacionado à partilha de vivências individuais, mas à exposição de experiências que são historicamente compartilhadas por grupos situados em relações assimétricas de poder (SANTOS, 2018).

### 3.2 COLETA DE DADOS

Conforme Batista, Matos e Nascimento (2017), a pesquisa qualitativa pode assumir diferentes técnicas para a coleta dos dados almejados. Nesta pesquisa, utiliza-se a entrevista de história oral relacionada à trajetória acadêmica de mulheres negras que pertencem à pós-graduação. Segundo Gil (1999), a entrevista pode ser considerada uma interação social onde o entrevistado proporciona, ao pesquisador, informações que se relacionam às suas crenças, esperanças, sentimentos e desejos, assim como suas pretensões, motivações e explicações sobre determinado assunto. De forma complementar, a entrevista possibilita a flexibilidade com relação às circunstâncias em que a entrevista é realizada e a obtenção dos dados em profundidade, assim como a captação da expressão corporal e tom de voz do entrevistado.

A história oral é fundamentada pela narrativa, sendo esta o instrumento transmissor de situações vividas pelas participantes para a pesquisadora (ALBERTI, 2003). Por conseguinte, há a transformação da vivência em linguagem, ao passo em que as entrevistadas organizam acontecimentos a partir de determinado sentido. Dessa forma, a história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes, sendo a subjetividade e a experiência individual valorizadas para a compreensão de determinados aspectos (ALBERTI, 2000). Como o foco está na trajetória acadêmica de mulheres negras, o gênero da entrevista de história oral a ser utilizada é temático, pois “há predominância de um assunto (tema) que percorre todas as entrevistas em detrimento da trajetória de cada entrevistado” (EVANGELISTA, 2010, p. 174). Além da transcrição da entrevista através de áudios gravados, torna-se importante para a pesquisa a utilização do caderno de campo, onde são registradas impressões e detalhes cuja observação só pode ser realizada a partir de outros sentidos.

O trabalho de Evangelista (2010) também coloca que a textualização conjunta é uma importante etapa da história oral, já que há a participação das pessoas participantes na conclusão do texto, sendo esta interação um elemento muito importante. Sua relevância é

firmada na transformação de indivíduos entrevistados em colaboradores, o que auxilia no meu comprometimento, enquanto pesquisadora, em reproduzir a mensagem que as entrevistadas pretendem passar, a partir da necessidade de que eu seja sensível e ética com o conteúdo das entrevistas. Além disso, torna-se essencial que exista a possibilidade de negociação entre pesquisadora e participantes, principalmente quando as entrevistas são relacionadas a traumas e dores, pois estas não são simplesmente narrativas, mas também possuem relação de responsabilidade com uma história pública e com a discussão de questões de amplitude coletiva. O papel das participantes na escrita do presente trabalho está centrado na revisão das transcrições e na decisão do que consta ou não na análise dos dados, contribuindo para a sua construção e se alinhando aos requisitos da história oral.

Torna-se importante destacar que o uso da história oral possui um propósito alinhado aos objetivos da pesquisa, visto que “oportuniza-se lançar luz nas interpretações que os sujeitos constroem sobre si e sobre seus artefatos, clareando o que sentem e pensam acerca das vivências pessoais e grupais” (FIALHO *et al.*, 2020). Nesse sentido, ganho possibilidades de acesso à narrativa sobre a experiência vivida pelas participantes, o que auxilia a acessar os discursos, já que contempla as narrativas manifestadas pelos indivíduos (SILVA, E., 2019).

Segundo Silva *et al.* (2007), a história oral é uma abordagem que necessita da elaboração de um projeto, planejamento da condução das gravações e transcrição e conferência dos depoimentos, sendo utilizada para a compreensão e aprofundamento dos conhecimentos sobre determinada realidade. A história oral, através de uma pesquisa direcionada, proporciona a mim, enquanto pesquisadora, maior aproximação com a realidade em que as participantes estão inseridas.

É importante ressaltar que, assim como determinam Burger e Vituri (2013), o pesquisador que emprega a história oral em seus trabalhos não está livre de responsabilidades; faz-se necessário que o entrevistador conduza o relato, por mais que a entrevista não seja estruturada, já que o pesquisado pode precisar de ajuda para retomar certos assuntos ou desenvolver melhor determinadas partes de seu depoimento. Entretanto, o pesquisador deve evitar interrupções, questionamentos duplos e perguntas que induzam a respostas específicas.

Além disso, o pesquisador deve ter sensibilidade com momentos de fadiga do pesquisado, podendo agendar novos encontros para obtenção de mais relatos. Torna-se necessário que as entrevistas sejam registradas pelo entrevistador, principalmente por som, mas também por imagem quando o entrevistado se sentir confortável. Quando isso não for possível, o pesquisador pode fazer anotações em seu diário para posterior análise. Da mesma forma, é imperativo que os relatos sejam transcritos pelo pesquisador e legitimados e

conferidos pelo entrevistado, assim como deve haver cessão dos direitos de uso a partir da assinatura de um termo de compromisso livre e esclarecido.

Ao passo em que os depoimentos orais podem ser considerados falíveis e fantasiosos por certos pesquisadores, Gomes e Santana (2010) estabelecem que todo documento escrito é questionável e limitado ao tratar da relação benéfica que pode ocorrer entre a história oral e o campo de estudos da Administração e ao lidar com o julgamento da credibilidade do relato oral. Outrossim, não há história oral falsa, já que a subjetividade está presente em todas as fontes históricas e as fantasias e até os “erros” são importantes para o relato do entrevistado. Além disso, o objetivo não é alcançar uma verdade absoluta, mas a maneira específica encontrada nos relatos das participantes que é representação e descrição do que elas viveram (SILVA, E., 2019). Como a subjetividade é o ponto forte da história oral, as crenças e as memórias do pesquisado tão importantes para a pesquisa quanto a própria realidade - mesmo que os relatos revelem muito sobre a realidade social em que estão inseridos - sendo a técnica uma grande possibilitadora de integração e confrontação de fontes orais e escritas.

Nesse sentido, a condução das entrevistas de história oral temática ocorreu a partir de um roteiro básico construído de forma prévia. Assim, o objetivo foi dar certa liberdade aos relatos das participantes por meio de entrevistas semiestruturadas, já que há a possibilidade de contribuição com a pesquisa a partir do aprofundamento ou acréscimo de certos aspectos relevantes para a pesquisa. As questões elaboradas pretendiam revelar situações de suas trajetórias acadêmicas relacionadas ao machismo e racismo que deram voz às pós-graduandas negras e auxiliem na discussão de uma universidade para além da reserva de vagas para ações afirmativas. Por conseguinte, visou-se direcionar e examinar o problema de pesquisa, porém permitindo contribuições livres das participantes sobre o assunto para esta investigação.

As entrevistas ocorreram no formato *online*, por meio da plataforma *Google Meet*, com a gravação de imagem e som, ambos mediante autorização da participantes. Por conta da entrevista à distância, tomou-se um cuidado especial com a fadiga das participantes, pois o uso de tecnologias da informação e comunicação podem tornar o processo mais cansativo do que presencialmente. A escolha também foi justificada pelo fato de que a pesquisa remota traz a economia de recursos financeiros e redução de tempo na coleta de dados e maior conforto, pois as componentes estão em suas casas.

Para respeitar as questões éticas envolvidas em qualquer pesquisa científica, foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para todas as participantes, assim como explicações sobre a pesquisa e seus motivadores. Da mesma forma, foi pontuado que a participação na presente investigação é voluntária, o sigilo das pós-graduandas foi

garantido pela pesquisadora e que não há obrigação de permanecer na pesquisa, caso a entrevistada não quisesse. A coleta de dados foi realizada somente a partir do cumprimento destes passos, para que as participantes e os objetivos de pesquisa fossem respeitados.

### 3.3 ANÁLISE DE DADOS

A análise de comunicações nas ciências sociais, como em entrevistas, exige mecanismos que sejam adequados para localizar informações que demonstrem, expliquem ou auxiliem a revelar os fenômenos investigados. Portanto, utilizo a Análise do Discurso Crítica (ACD) para trabalhar com os dados coletados, pois esta relaciona o discurso às ideologias que o atravessam sobre “as relações sociais, ações, interpretações, pessoas e mundo material” (SILVA JUNIOR, 2017, p. 2). Para Resende (2006), a ACD é uma perspectiva transdisciplinar cujo objeto é a linguagem na vida social. Além disso, conforme Onuma (2020), o foco da ACD de Fairclough está na forma como a gramática de uma língua se manifesta em discursos produzidos em contexto específico, sendo que esta abordagem oferece um amparo teórico-metodológico à pesquisa.

Com a ACD, há a possibilidade de analisar criticamente o discurso, a partir da perspectiva de que este é uma arena de lutas. Assim, há a preocupação com os sentidos que são empregados para a manutenção de estruturas de exploração e dominação. Segundo a ACD proposta por Fairclough, o discurso é uma prática social que possui o poder de reproduzir e transformar realidades sociais, assim como o sujeito da linguagem (MELO, 2009). Isto ocorre tanto a partir da adaptação relacionada à ideologia e linguagem quanto com a transformação das próprias práticas discursivas, ao contestar e reestruturar as bases ideológicas e de dominação presentes no discurso. Isto pode provocar uma conformação ou uma resistência às formações discursivas e sociais que o integram.

Por conseguinte, a ACD interpreta que o discurso constitui o sujeito e vice-versa, sendo que não só o texto é considerado para análise, mas também condições sociais, históricas e políticas que forem relevantes para a reflexão crítica (SILVA JUNIOR, 2017). O discurso, nesse sentido, atua como elemento perpetuador da ideologia, sendo que esta diz respeito a um grupo de práticas materiais que reproduzem relações produtivas. Além disso, torna-se importante saber que se manifestam, através da interação social, as relações de poder entre indivíduos e grupos, sendo que o poder é um elemento caracterizador destas relações e se mostra no discurso, assim como por meio e por detrás dele.

Como a amplitude interdisciplinar da ACD permite o enriquecimento da análise textual, o método “deveria promover uma análise multidimensional; deveria atender uma análise multifuncional; deveria contemplar uma análise histórica e, por fim, deveria ser um método crítico” (PERDIGÃO, 2015, p. 100). Para esta primeira condição, são estabelecidas categorias analíticas textuais, a partir da articulação tridimensional do texto, prática discursiva (a qual envolve produção, distribuição e consumo a partir de contextos sociais específicos) e prática social (onde o discurso é posicionado com a concepção de poder como hegemonia e da evolução das relações de poder como luta hegemônica). Nesse sentido, a análise do discurso de Fairclough possibilita o estudo das dimensões discursivas da mudança social e cultural. Ao abordar essa concepção tridimensional, três tradições analíticas são contempladas, as quais dizem respeito à tradição macrosociológica (em que há a relação entre estrutura social e análise da prática social), à tradição microsociológica (a prática social é uma produção ativa dos indivíduos e uma compreensão a partir de um senso comum dos mesmos) e à tradição de análise textual e linguística.

É importante destacar que, nesse contexto da análise de discurso de Fairclough, a análise textual proposta compreende vocabulário (análise individual das palavras), gramática (análise de orações e frases), coesão (análise da conexão entre essas frases) e estrutura textual (análise do texto em larga escala), sendo que a linguagem e o sentido devem ser analisados conjuntamente. Por outro lado, na análise da prática discursiva, o foco está no indivíduo que pratica o discurso, no lugar simbólico do qual ele o manifesta e em quem é o receptor do discurso. Assim, nesta parte da análise, as questões a serem observadas giram em torno da coerência textual (como propriedade do texto e das interpretações), da força dos enunciados (como tipo do texto, o qual pode ser interpretado de formas diferentes a depender do contexto) e da intertextualidade (composição do texto a partir de outros textos, os quais se estendem tanto para aqueles sob análise dos sujeitos quanto para aqueles que as pessoas já têm, de forma prévia, e trazem para o processo interpretativo). Já a análise da prática social deve estar ligada às questões que envolvem poder e ideologia, sendo que esta última é atrelada à construção da realidade e, ao passo em que é naturalizada, beneficia a dominação. Além disso, deve envolver a consciência dos sujeitos sobre influências ideológicas de suas próprias práticas.

Ainda de acordo com Perdigão (2015), quando se trata da segunda dimensão, a análise multifuncional deve contemplar uma noção de discurso e um método que atenda a conexão entre práticas discursivas, identidades e relações sociais. Já ao tratar da dimensão histórica, determina-se que a análise do discurso possui profunda ligação com a intertextualidade, pois a

construção de um texto está relacionada à interação com outros textos. Nesse sentido, torna-se importante ressaltar que esse processo construtivo textual é influenciado por condições sociais e suas mudanças, o que imbui o caráter histórico à análise. Por fim, ao tratar da condição de método crítico, é importante que sejam relevadas reveladas relações e motivos ocultos, assim como intervenções que proporcionem opções àqueles que possuem posição de desvantagem na luta social. Nesse sentido,

essa luta social impacta a estruturação de textos e as ordens de discurso. Uma análise crítica possibilita compreender como as pessoas reagem às mudanças que vêm de cima da estrutura social, bem como as razões que justificam seus posicionamentos, visto que elas podem resistir, se apropriar da mudança, como também simplesmente as seguir de forma passiva (PERDIGÃO, 2015, p. 101).

Segundo Fairclough e Melo (2012), há uma estrutura analítica para a Análise do Discurso Crítica que envolve I) a ênfase a um problema social, II) a identificação de obstáculos para que o problema seja resolvido, III) a avaliação da ordem social como um problema ou não, IV) a identificação de possíveis resoluções do problema e V) a reflexão crítica da análise, que perpassa os quatro passos já mencionados e é onde deve existir a combinação de elementos dialéticos e relacionais. Por conta disso, com a ACD, há ênfase no discurso como uma prática que atribui significado ao mundo, o entendimento de que práticas discursivas surgem das lutas ideológicas de poder e a articulação entre texto, prática discursiva e realidade social (SILVA; GONÇALVES, 2017).

Aliada às proposições de Fairclough, a ACD de Van Dijk expande as possibilidades deste trabalho, já que este autor fornece a noção de acesso discursivo (viabilização do acesso social em um discurso de domínio prestigiado). Com isso, Van Dijk possibilita a análise do acesso a domínios através da linguagem daqueles que não participam de círculos de poder, o que permite a observação da representação social de determinados grupos (MELO, 2009). Adicionalmente, tal alinhamento proporciona a visão de que a prática de produção é uma arena a partir da qual a vida social é produzida, ligando questões como as relações e identidades sociais, além de valores culturais e consciência. Além disso, há uma ordem do discurso que pode analisar a hegemonia, sendo que certa estruturação social se transforma em um senso comum que legitima e sustenta as relações de dominação. É importante ressaltar que essas ordens do discurso “estruturam a prática discursiva e são por ela estruturadas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 131).

Pode-se dizer que a ACD é uma abordagem de produção do conhecimento focada no papel do discurso na produção e reprodução de relações desiguais de poder e da dominação

em problemas sociais. Por conta disso, “ocupa-se dessas questões a partir de uma perspectiva coerente com os melhores interesses dos grupos sociais dominados”. Considera as experiências e opiniões dos membros desses grupos e lhes oferece ajuda na luta contra a desigualdade social” (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013, p. 353). Van Dijk, ao trabalhar com questões raciais, fornece uma triangulação que se alicerça em discurso, cognição e sociedade, o que define a relevância do contexto discursivo e alinha a ACD enquanto abordagem multidisciplinar. Nesse sentido, a ideologia, considerada pela ACD, possui um importante papel ao organizar atitudes racistas relacionadas à educação, por exemplo, já que é interpretada enquanto representação social de base dos grupos da sociedade.

Nesse sentido, Van Dijk (2019) estabelece que o Brasil está fundamentado em uma sociedade racista, já que o domínio de brancos sobre negros é baseado em uma ideologia de superioridade. Tal ideologia é naturalizada através de discursos no país, sendo o racismo estrutural e simbólico firmado no mito da democracia racial. O autor estabelece, como contextualização, que as condições desiguais de ascensão entre brancos e negros, assim como o racismo, são mantenedores e até mesmo acentuadores da desigualdade social brasileira, principalmente quando se olha para indicadores do ensino superior.

A situação, segundo Van Dijk (2019), melhora a partir dos anos 2000, principalmente com programas de ações afirmativas no ensino superior e cursos de pós-graduação. Entretanto, percebe-se que existe uma estratégia de silenciamento quanto à educação, já que a produção brasileira procura silenciar questões de cunho racial. Com isso, negam-se as particularidades específicas da população negra, assim como também são ignorados os processos de discriminação. Portanto, conclui-se que o silenciamento brasileiro sobre questões raciais também se torna importante, ao passo em que constrói interações a partir de uma suposta democracia racial entre os indivíduos. O silenciamento, além de estabelecer o que constitui o dizer e o não-dizer, atua diretamente na construção de sentidos e da identidade dos indivíduos (ORLANDI, 1993).

Para Onuma (2020), a teoria social do discurso de Fairclough pode auxiliar no estudo dos efeitos de elementos da linguagem na construção das organizações, sendo que estes discursos são influenciados tanto por outros discursos hegemônicos presentes no âmbito organizacional quanto das relações de poder. Esta influência do discurso nas organizações é consequência do fato de os contextos organizacionais serem fundamentados por elementos da vida social, como os sujeitos e suas relações sociais, as atividades, tempo, lugar, valores e formas de consciência. Por conta disso, “os elementos da vida social interagem entre si

dialeticamente, com fins de (re)produção de hegemonia na sociedade, sendo a organização um produto – e uma (re)produtora – dessa interação dialética" (ONUMA, 2020, p. 603).

A operacionalização da ACD no capítulo de apresentação dos dados e discussões se realizou a partir de critérios de análise, possibilitando o exame de dinâmicas de poder, resistência na universidade e exclusão. Por conseguinte, somos capazes de notar como o discurso estrutura as relações sociais e reproduz desigualdades interseccionais de gênero e raça e, portanto, específicas e relacionadas às vivências de mulheres negras. As etapas da análise se encontram na Tabela 1:

**Tabela 1 – Etapas da Análise Crítica do Discurso**

<b>Etapa</b>	<b>Descrição</b>
Coleta de Dados	Entrevistas semiestruturadas com mulheres negras da pós-graduação.
Transcrição	Registros integrais das falas, preservando particularidades linguísticas e expressões emocionais.
Organização Temática	Classificação dos relatos em categorias temáticas relacionadas à experiência acadêmica das participantes.
Análise Crítica do Discurso	Identificação de padrões discursivos, microagressões e estratégias de resistência.
Interpretação e Discussão	Relação dos achados com a literatura sobre racismo estrutural, feminismo negro e permanência acadêmica.

Coletei os discursos e os analisei a partir dos seguintes critérios guias:

- a) Vivências subjetivas interseccionais: por meio desse parâmetro, observei como gênero, raça e, muitas vezes, classe interatuam nas experiências de mulheres negras no mestrado e no doutorado. Notou-se uma grande referência aos impactos psicológicos provenientes das estruturas institucionais;
- b) Identificação de estratégias de resistência: analisei os instrumentos de enfrentamento nas entrevistas, percebendo a ressignificação de suas trajetórias e construção de redes de apoio para lidar com suas realidades específicas interseccionais;
- c) Verificação das estruturas discursivas de poder: identifiquei mecanismos discursivos que são pilares de relações assimétricas na universidade, percebendo como as regras institucionais e relações sociais (re)produzem desigualdades estruturais e

- d) Exame das relações de representatividade: verifiquei a maneira como os discursos destacam as experiências de exclusão e pertencimento, sendo importantes nesse processo a invisibilização de epistemologias negras nos currículos e a falta de representatividade no corpo docente.

A partir disso, realizei a transcrição e arranjo dos dados a partir de categorias temáticas. Nesse ponto, optei por preservar integralmente as singularidades linguísticas das entrevistadas para assegurar a fidelidade dos discursos originais. Em seguida, realizei a interpretação dos dados estruturada a partir de categorias discursivas, sendo elas:

- a) Trajetória acadêmica, resistência e estratégias de enfrentamento;
- b) Vivências machistas e racistas no ambiente acadêmico;
- c) Obstáculos institucionais à permanência e conclusão da pós-graduação de mulheres negras;
- d) Coletivos estudantis como estratégias de organização social e enfrentamento e
- e) Reflexões sobre políticas de permanência e conclusão.

Assim, a interpretação crítica foi realizada por meio de uma articulação da análise crítica do discurso com o pensamento feminista negro, especialmente ao considerarmos o referencial teórico de Lélia Gonzalez, bell hooks e Patricia Hill Collins. Desta forma, é possível identificar e examinar as narrativas das estratégias de resistência das participantes, evidenciando de que formas as pós-graduandas articulam discursos de oposição, sejam eles com a integração de coletivos, a resignificação de suas vivências ou pelas redes de apoio. Adicionalmente, há a definição dos empecilhos institucionais que afetam suas trajetórias e como essas barreiras podem ser reproduzidas a partir do discurso acadêmico.

Além disso, há a reconstrução narrativa de suas experiências, ressaltando os obstáculos enfrentados desde a educação básica até o mestrado ou doutorado e evidenciando como as experiências individuais anteriores possuem impacto nas estratégias de resistência dentro do meio universitário. É também a partir desse vínculo que é possível uma maior investigação sobre as manifestações discursivas do racismo e do machismo institucionais advindos das práticas da universidade ou das interações interpessoais. São criados padrões de discriminação a partir da verificação recorrente de silenciamentos, invalidações acadêmicas e microagressões sofridas na academia.

A ACD também possibilita o reconhecimento de discursos de pertencimento e a compreensão de motivos que aproximam ou afastam a participação das mulheres negras em coletivos, assim como evidenciam a relevância de redes de apoio que potencializem a

permanência acadêmica. De mesma forma, é por meio dessa metodologia que identifiquei sugestões e demandas das participantes que possibilitam uma futura formulação de políticas institucionais mais específicas e eficazes, sistematizando as propostas inclusivas e antirracistas.

Para facilitar o emprego da análise de discurso, utilizei a entrevista das participantes a partir de citações numeradas de forma crescente, algo que me auxiliou, enquanto pesquisadora, na localização, menção e associação entre elas, assim como foi feito no trabalho de Perdigão (2015). Enquanto instrumento para a análise de dados, a análise de discurso das entrevistas permite que eu revele elementos da trajetória de mulheres negras que firmam a desigualdade de raça e gênero os quais estejam no discurso, assim como por meio e por detrás dele. Também permite a identificação de estratégias de resistências ativas e passivas, as quais podem ser individuais ou coletivas, sendo que este coletivo é invisibilizado e colocado à margem do esquecimento.

#### 4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Povoada  
Quem falou que eu ando só?  
Nessa terra, nesse chão de meu Deus  
Sou uma mas não sou só (POVOADA, 2021).

Este capítulo apresenta os resultados e discussões da pesquisa após análise dos resultados. Foram entrevistadas quinze mulheres negras pós-graduandas, as quais receberam nomes fictícios de escritoras e pensadoras negras, conforme Tabela 2.

**Tabela 2 – Nomes fictícios das entrevistadas**

<b>Intelectual negra</b>	<b>Mini biografia</b>
Alice Walker	Escritora e ativista americana, autora de <i>A Cor Púrpura</i> . Alice Walker é uma das figuras mais importantes na literatura negra feminista, abordando questões de racismo, sexismo e identidade.
Ana Maria Gonçalves	Escritora e jornalista brasileira, autora de <i>Um Defeito de Cor</i> . Ana Maria Gonçalves é reconhecida por suas obras que tratam da diáspora africana e da história de mulheres negras no Brasil.
Angela Davis	Filósofa, ativista e acadêmica, Angela Davis é uma das figuras mais proeminentes do movimento negro e feminista nos Estados Unidos, conhecida por seu trabalho sobre racismo, encarceramento em massa e feminismo negro.
Audre Lorde	Poetisa, escritora e ativista, Audre Lorde é uma das principais intelectuais negras que abordou a intersecção de raça, classe e gênero, sendo uma grande influente na literatura feminista e <i>queer</i> .
Beatriz Nascimento	Militante negra e historiadora, Beatriz Nascimento teve um papel importante na luta pela preservação da memória da cultura negra no Brasil, sendo uma referência na história das relações raciais no país.
Bianca Santana	Escritora e jornalista brasileira, Bianca Santana é conhecida por suas obras que tratam da vivência das mulheres negras no Brasil, especialmente em sua obra <i>Quando Me Descubro Negra</i> .
Bell hooks	Teórica, escritora e crítica cultural, bell hooks abordou a intersecção de raça, classe e gênero, sendo uma das pioneiras no

	desenvolvimento do pensamento sobre feminismo negro.
Chimamanda Ngozi Adichie	Escritora nigeriana cujas obras, como <i>Americanah</i> , abordam temas de identidade, migração, feminismo e a experiência da mulher negra, sendo uma das principais vozes contemporâneas da literatura africana.
Conceição Evaristo	Escritora e militante brasileira, Conceição Evaristo é uma referência na literatura negra no Brasil, com uma obra voltada para a história das mulheres negras e suas lutas por voz e protagonismo.
Djamila Ribeiro	Filósofa e escritora brasileira, Djamila Ribeiro é uma das principais vozes do feminismo negro no Brasil, sendo autora de obras como <i>O Que É Lugar de Fala</i> , e defensora da ampliação de direitos e da visibilidade das mulheres negras.
Eliana Alves Cruz	Escritora brasileira de ficção e literatura infantojuvenil, Eliana Alves Cruz tem se destacado na construção de narrativas sobre as vivências das mulheres negras no Brasil e a ancestralidade afro-brasileira.
Maya Angelou	Poetisa, escritora e ativista americana, Maya Angelou é uma das figuras mais emblemáticas da literatura negra, conhecida por sua obra <i>Eu Sei Por Que o Pássaro Canta na gaiola</i> , que aborda temas de superação, identidade e racismo.
Ryane Leão	Escritora e poetisa brasileira contemporânea, Ryane Leão se destaca por sua poesia visceral e autobiográfica, abordando questões de identidade, empoderamento e racismo.
Sueli Carneiro	Filósofa, escritora e ativista brasileira, Sueli Carneiro é uma das fundadoras do movimento feminista negro no Brasil e tem contribuído significativamente para a reflexão sobre o racismo estrutural e o feminismo negro.
Toni Morrison	Escritora americana e ganhadora do Nobel de Literatura, Toni Morrison é uma das maiores vozes da literatura negra, conhecida por suas obras que exploram o legado da escravidão, identidade racial e as complexas relações de poder nos Estados Unidos.

Enquanto pesquisadora, mestrande e mulher negra, diversas vezes, ouvi experiências que faziam ou fazem parte do meu cotidiano. Foi um desafio do qual fui avisada pelo meu

orientador. Nesses momentos, precisei diferenciar a minha vida pessoal e profissional para conseguir atingir meus objetivos de pesquisa. Entretanto, aproveito para afirmar que a minha intenção, ao propor esta pesquisa, nunca foi entregar um produto final (a dissertação), no qual, a pesquisadora (eu) se posiciona de forma completamente distante do objeto de pesquisa (pós-graduandas negras entrevistadas).

A população negra aprende e faz conhecimento a partir da oralidade e, creio eu, essa pesquisa é o resultado de uma coprodução de saberes. Em alguns momentos, eu me emocionei, em outros, senti indignação, mas, conforme as regras são ditadas e é a proposta dessa dissertação, deixei que elas, as participantes, guiassem os rumos de meu trabalho, sejam eles quais fossem. Ouvi relatos que me deram orgulho delas, ouvi histórias que me deixaram muito triste. Apesar desse misto de sensações, que bom que fui capaz de conduzir esta pesquisa. A partir de agora, não sou mais eu que falo, somos nós, pós-graduandas negras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os resultados desta pesquisa apontam para desafios consideráveis relacionados ao racismo e machismo institucionais para mulheres negras na pós-graduação, sendo que estes empecilhos afetam diretamente em suas permanência e conclusão dos cursos. Os principais pontos são a falta da representatividade discente e docente, as microagressões cometidas por meio do descrédito acadêmico, a ausência de suporte financeiro e psicológico adequado, assim como a escassez de políticas da instituição que tenham foco na permanência de mulheres negras na pós-graduação e o medo de se envolver em coletivos, por considerarem a possibilidade de represálias.

A proposta dessa dissertação está centrada na concepção de uma universidade pública para todas as pessoas. Nesse sentido, devo reconhecer que a instituição não é, isoladamente, responsável por sanar todas as opressões e desigualdades presentes na sociedade brasileira. Entretanto, se almejamos um ensino superior de qualidade e para todos, precisamos ouvir quem compõe a instituição para realizarmos uma revisão e uma transformação das medidas em ações mais eficazes, objetivas e inclusiva. As reflexões trazidas pela presente pesquisa não possuem o objetivo único de criticar a instituição, mas também de reconhecer os importantes passos tomados quanto às questões de gênero e raça, especialmente nos últimos anos.

A Universidade Federal de Juiz de Fora implementou, a partir da aprovação do Conselho Superior em 2021, ações afirmativas na pós-graduação em até 50% das vagas para pessoas negras, de povos e comunidades tradicionais, trans e travestis, pessoas com deficiência, refugiados e imigrantes humanitários (UFJF, 2025). Além disso, a universidade conta com a Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF) desde 2014, que atua promovendo e

concretizando políticas de igualdade e diversidade, assim como mantém um Núcleo de Apoio à Inclusão. Portanto, “mantém um olhar atento às pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, LGBTQUIAPN+ e em vulnerabilidade socioeconômica” (DIAAF, 2025). Adicionalmente, devemos reconhecer o importante papel dos programas de extensão, projetos comunitários e grupos de pesquisa, os quais auxiliam no direcionamento de uma universidade mais inclusiva mesmo que não estejam direcionados especificamente para questões de gênero, raça e diversidade. A partir desse lugar, partimos para reflexões sobre o futuro da universidade.

#### 4.1 “ALGUÉM ME AVISOU PRA EU PISAR NESSE CHÃO DEVAGARINHO”: TRAJETÓRIA ACADÊMICA, RESISTÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

As entrevistas realizadas com pós-graduandas negras na UFJF possuíram muitos marcadores de enfrentamento a obstáculos subjetivos e estruturais, evidenciando desigualdades de gênero e raça que remontam ao ensino básico. A análise crítica do discurso (ACD) se tornou um ferramental relevante para identificar que a construção social da identidade acadêmica das entrevistadas é afetada por mecanismos de exclusão e de resistência. Os discursos hegemônicos, os quais relacionam profissionalismo, capacidade e excelência acadêmica a um padrão masculino e branco, tornam ainda mais difícil a legitimação de mulheres negras como produtoras de conhecimento.

As dificuldades financeiras presentes desde o ensino fundamental foram um fator expressivo de impacto em suas estratégias de permanência nos estudos. A pressão para demonstrar contínua excelência, tanto externa quanto internalizada, influencia conjuntamente na criação de “rotas de fuga” e superação de dificuldades para resistir e concluir suas pós-graduações.

Desde crianças, enquanto estudantes do ensino básico, as participantes relatam a lacuna presente na representatividade no ensino e nos exemplos a seguir para desenvolver suas carreiras profissionais. Da mesma forma, houve pouco ou nenhum incentivo para trilhar o caminho acadêmico. Quando o incentivo ocorria, a possibilidade de seguir a carreira acadêmica era exibida a partir do incentivo de seus pais ou professores específicos.

(1) Eu sempre estudei em escola particular, sabe? Eu já era a única (negra) da minha turma desde a terceira série... não esperava nada diferente, na faculdade, foi a mesma coisa, no mestrado, é a mesma coisa. **E aí, todo mundo sempre espera muito de você, porque é você, você é a única. E se eu cansar? E se eu quiser**

**desistir? Vão achar que todas as mulheres negras são assim.** É muito difícil.  
(Angela Davis)

(2) ... e eu não fazia a menor ideia de que ia pro mestrado até me formar e pensar “e agora?”. Ninguém, na minha família, se formou nem na graduação e, do nada, eu estava lá, aprovada! Ninguém esperava, até porque, quando eu era pequena, diziam que eu ia ser babá ou ia seguir o caminho de minha mãe e ser empregada doméstica. Quando eu dizia que queria mais, me chamavam de pretinha abusada. Tipo, “Como assim, uma menina negra tem sonhos? Como assim, ela quer romper com o que a sociedade espera dela?” (Conceição Evaristo)

No primeiro trecho, percebe-se o racismo estrutural a partir do isolamento presente nas instituições educacionais, assim como é indicado no trabalho de Ladeira (2019). Sendo esta vivência comum da infância até a pós-graduação, nota-se, com o uso repetido da palavra “única”, a exclusão racial em um meio que deveria promover diversidade e inclusão. Por outro lado, é possível verificar que o fato de a mesma se identificar como a única mulher negra opera a partir da imposição da excelência sobre a mesma, já que ela não está representando apenas a si, mas o coletivo de mulheres negras (GOMES, 2008). A ansiedade proveniente desse processo reforça que não há espaço para a vulnerabilidade, visto que ela tem que ser perfeita para que os estereótipos interseccionais de raça e gênero não sejam reforçados.

Já no segundo trecho, a entrevistada parece se sentir refém das expectativas dos outros a partir de estereótipos raciais, já que é esperado que mulheres negras sejam babás ou trabalhadoras domésticas na sociedade brasileira, havendo a racialização da classe social com a subalternização (CARVALHO, 2004). A expressão “pretinha abusada” também possui um viés tanto racista quanto classista, pois, a partir do momento em que uma mulher negra deseja mais para a sua vida, há a taxação da mesma como arrogante ou até desrespeitosa com os demais. No momento em que ouvi esta fala, automaticamente, lembrei-me do trabalho de Spivak (2010), que coloca a construção do feminino associada ao silêncio. Quando a entrevistada diz que quer mais, não somente ela está apenas falando, mas ousando responder e questionar a um suposto futuro que foi imposto a ela.

A quebra das expectativas vem com a pós-graduação, o que demonstra que um mestrado ou um doutorado é uma conquista inesperada para uma mulher negra. Adicionalmente, nota-se uma deslegitimação de seu sonho e uma negação de sua autonomia, ao passo em que a emancipação intelectual, social e econômica proveniente de um sonho – que é a pós-graduação – é vista como uma ameaça às normas sociais estabelecidas. Com a

história oral, tornou-se possível coletar essas percepções (ALBERTI, 2003), visto que as pós-graduandas tiveram liberdade para narrar suas respectivas trajetórias de maneira subjetiva e detalhada. Por conseguinte, também foi possível detectar que a vida pessoal e a inserção em sociedade tem impacto na relação entre a universidade e essas estudantes, já que a relevância da consciência interseccional entre gênero e raça em suas experiências educacionais foi bastante presente em seus discursos.

A maior rigidez dos mecanismos institucionais da universidade e a exigência acadêmica se constituem, no processo de transição da graduação para seus cursos de mestrado e doutorado, como atestados para a importância de repensar os suportes dados às mulheres negras de maneira interseccional, visto que as dificuldades advindas dessa intensificação incidem sobre as mesmas de modo mais acentuado. Sem se sentir confortável para recorrer à instituição que deveria acolhê-las em busca de apoio, já que muitas estudantes expressaram que sua permanência foi impactada pela falta de acolhimento da universidade e de um ambiente receptivo, o enfrentamento se fez e faz presente a partir da procura de orientadoras, especificamente negras, e integração em redes de apoio.

(3) Mesmo sem estudar sobre esses assuntos, eu queria conversar com alguém que me entendesse. Alguém que eu pudesse sentar de frente e me ver nela. Senão, como eu ia falar “olha, não consigo entregar meu trabalho hoje porque não tô bem, aconteceu a situação x em sala (se referindo a um caso de racismo), mas amanhã te entrego. E é difícil, né? Encontrar uma professora negra aqui que possa te orientar.  
(Ryane Leão)

Com o trecho 3, constata-se uma vontade de pertencer e se identificar com o outro e, nesse sentido, a pouca (ou nenhuma) representatividade negra na universidade constrói um ambiente de isolamento e solidão. Por conseguinte, há a limitação das possibilidades de troca de vivências e impactos emocionais negativos, pois se torna difícil se expressar e solicitar amparo, visto que não há como o outro (diferente dela) compreenda integralmente o contexto específico no qual a pós-graduanda está inserida. Nesse sentido, o trabalho de Freitas (2020) corrobora essa constatação, visto que os efeitos da invisibilidade social vão além do ambiente universitário, atuando na construção da identidade de *outsider* para uma estudante que acessou a pós-graduação.

De mesma forma, percebem-se as microagressões advindas da falta de suporte psicológico adequado para a mesma, assim como a ausência de orientação e mentoria profissionais, seja pela falta de orientadoras ou pessoas que aceitem mentorá-las. Assim, não se trata apenas da qualificação do corpo docente das universidades, mas se verifica a

necessidade de repensar questões de visibilidade e acessibilidade para mulheres negras dentro da universidade. O trecho em que a entrevistada questiona como se expressar apresenta um estado de negociação constante para pós-graduandas negras: a necessidade de expressar vulnerabilidades comuns a mulheres pardas e pretas *versus* a urgência de ser encarada como uma profissional competente.

O padrão de comportamento conhecido como “síndrome da impostora”, no qual o indivíduo é incapaz de internalizar seu próprio sucesso e status, também foi notado a partir da insegurança das pós-graduandas. Isso mostra uma absorção dos discursos de marginalização que são produto das desigualdades de gênero e raça. Em vista disso, torna-se importante evidenciar que a visão meritocrática individualista presente na sociedade neoliberal não considera os empecilhos estruturais que são impostos às mulheres negras.

Um ambiente predominantemente branco e masculino, como é a universidade, reforça a preocupação de não estarem à altura ou não serem aceitas pela instituição e pelos demais, o que pode ser relacionado ao termo cunhado por Patricia Hill Collins (2016) como *outsider within*, já que as estudantes não se sentem como pertencentes ao meio acadêmico, mesmo que estejam nele. Essa sensação pode ocasionar a autossabotagem, outro fenômeno comportamental no qual as ações realizadas pelo indivíduo são contrárias aos seus objetivos, seja de forma consciente ou inconsciente. Assim, mesmo que muitas delas possuam brilhantes trajetórias acadêmicas e profissionais, sentem-se como impostoras dentro das universidades, o que afeta suas produções, permanência e conclusão dos cursos.

(4) Eu pensei em desistir diversas vezes. Na verdade, não era nem pra eu tá aqui. Só que eu pensava na minha mãe, na felicidade que foi quando eu fui aprovada e eu insisti. Agora tá acabando, mas já estive bem ruim pra mim. Eles me dizem que não tá bom o suficiente, nunca tá bom. E tem uma hora que a gente acaba acreditando, né? Que não sabe nem ler e escrever. Eu olhava pro professor e não me via. Eu lia os textos e não me ouvia. Eu olhava pra turma e também não me via. O que que eu tava fazendo ali? Até hoje não descobri (risos). (Sueli Carneiro)

(5) Vi colegas deixando de comer, de dormir. Vi gente chorando nos corredores. E eu me questionava se queria fazer parte disso. Sinceramente? Cansa. A gente comprou aquela ideia de que só vencemos a partir dos estudos, mas ninguém fala o preço que uma mulher preta paga pra estar aqui dentro. **Eles não veem a gente como seres pensantes, como pesquisadoras de respeito.** Isso rolando e eu me perguntando o tempo todo como fazer o meu trabalho deixar de ser visto apenas como um texto escrito por uma mulher negra do cabelo duro e passar a ser reconhecido como uma pesquisa relevante pra minha área. (Bianca Santana)

O quarto trecho carrega um senso de não pertencimento, algo que é experimentado por muitas pessoas negras em ambientes acadêmicos e profissionais nos quais há predominância de pessoas brancas. Quando se fala sobre ausência de pertencimento, não é apenas sobre aceitação, mas sobre o fato da presença dela ser inesperada naquele espaço. Mesmo com as dificuldades, percebe-se que há um compromisso com a família e com sua trajetória para a ascensão social, que faz com que a participante siga em frente em busca de seus objetivos. Suplementarmente, a afirmação de que “eles me dizem que não tá bom o suficiente, nunca tá bom” exprime, mais uma vez, a exigência da excelência negra sobre as pós-graduandas, sendo as expectativas de desempenho mais altas para as mesmas. É interessante notar que essa pressão é proveniente, possivelmente, da constatação de que a presença de mulheres negras em mestrados e doutorados por si só é algo que deve ser “compensado” com uma performance superior. Ao expressar que o que ela faz nunca está bom, remete-se a uma internalização de uma incompetência atribuída a si, fazendo com que a mesma duvide de si mesma e de suas capacidades.

Ainda sobre o trecho 4, quando a entrevistada afirma que não se via no corpo docente e discente e nos conteúdos ministrados em sala de aula, identifica-se a invisibilização racial, a qual é uma experiência racial extremamente dolorosa para aquelas que ocupam espaços dominados por outras identidades. Com essa invisibilidade, há pouca ou nenhuma conexão com as grades curriculares e com quem a cerca, e esse desgaste emocional mencionado torna a universidade mais distante da narrativa que construiu para si de ser um ambiente verdadeiramente inclusivo. Assim, percebe-se que as questões de permanência não devem ser apenas econômicas, mas também simbólicas (MOREIRA; SILVA, 1994). A risada, no final de sua fala, se mostra como uma forma de se defender e lidar com uma situação que a incomoda. O questionamento sobre a legitimidade de sua presença faz com que, mais uma vez, a pós-graduada se sinta insegura sobre suas conquistas, sua intelectualidade e sua identidade.

Já o trecho 5 traz a possibilidade de se fazer uma reflexão sobre o preço do sucesso acadêmico para mulheres negras que procuram a ascensão social por meio da educação, que nem sempre é só financeiro, mas também físico e emocional, através da “quebra de espírito” (hooks, 2019). A princípio, esse sucesso é vendido a partir de uma ótica sedutora, mas há uma realidade dolorosa por trás dessa promessa, que combina o descrédito acadêmico, o peso da excelência negra e o isolamento, por exemplo, revestidos de uma esperança de um futuro melhor. A fala “Cansa.” Demonstra a exaustão pela qual a estudante está passando; não há palavras que consigam exprimir o nível de sobrecarga pelo qual a mesma está passando. Além disso, quando ela afirma que “Eles não veem a gente como seres pensantes, como

pesquisadoras de respeito”, pode-se inferir que há uma desumanização racial que parte daqueles que ocupam posições de poder, aos quais ela se refere como “eles”.

O uso da expressão “cabelo duro” funciona, em sua narrativa, como um marcador racial. Visto que mulheres negras já são deslegitimadas em suas pesquisas, não apenas há o descrédito acadêmico, como sua identidade e sua aparência são impostas como empecilhos para receberem o devido reconhecimento de seu trabalho e seus estudos. Percebe-se que o racismo estrutural atua como contribuinte para mais um dilema na trajetória acadêmica das mesmas, pois a identidade racial é um impedimento para que seu profissionalismo e dedicação sejam vistos sem que a sua racialidade seja destacada. Nesse sentido, há uma necessidade (óbvia) de validação externa, já que a sobrevivência no ambiente acadêmico depende da aprovação de seus pares. Isso provoca o desejo de ser reconhecida intelectualmente e não por conta de fatores fenotípicos.

A resistência de mulheres negras se constrói com a releitura de suas vivências pessoais, acadêmicas e profissionais, bem como a partir do encontro com referências negras e femininas, realizando a articulação de redes de apoio.

#### 4.2 E EU, NÃO SOU UMA PESQUISADORA?: VIVÊNCIAS MACHISTAS E RACISTAS NO AMBIENTE ACADÊMICO

As entrevistadas relataram microagressões relacionadas a gênero e raça, as quais vêm de maneira sutil, como o descrédito acadêmico, e eventos explícitos de preterimento. Foi identificado o relato de que a cobrança de conhecimentos e bons desempenhos era maior sobre elas do que com outros alunos e, mesmo assim, possuíam suas pesquisas desvalorizadas. Assim, a todo momento, as estudantes se sentiam pressionadas a reafirmar suas inteligências para poderem ser minimamente reconhecidas. Portanto, a história oral foi um instrumento importante na evidenciação de alguns padrões de tratamento nos relatos das participantes, principalmente no que diz respeito ao questionamento sobre suas capacidades, o que ocorre a partir de seus colegas e também de professores. Por conta disso, a experiência acadêmica da pós-graduação é frequentemente descrita como uma vivência solitária e de isolamento por mulheres negras.

Os discursos institucionais acabam por legitimar discriminações de gênero e raça ao naturalizar estas hierarquias dentro das universidades, segundo as experiências de machismo e racismo relatadas pelas entrevistadas. A análise crítica do discurso possibilita a constatação de que a falta de reconhecimento de mulheres negras enquanto estudantes, docentes e pesquisadoras relevantes é um mecanismo discursivo que contribui para a exclusão do

referido grupo. Dessa forma, pode-se afirmar que a situação evidenciada não é um problema a ser tratado de forma isolada e individual, mas uma mazela socioestrutural que precisa ser pensada e corrigida coletivamente.

(6) ... e aí, tinha hora que eu olhava para os lados e pensava “eu tô sozinha. Não é possível que ninguém mais tá passando por isso” porque a minha vontade mesmo era de gritar e dizer que estava tudo errado, mas todo mundo tava tão absorto em suas tarefas e prazos que ninguém fazia nada. Essa sensação... de estar sozinha mesmo cercada de pessoas... isso é o que mata. (Sueli Carneiro)

(7) Chega um momento em que a gente começa a transbordar. Já teve momentos em que eu estava com uma amiga discutindo sobre o trabalho que a gente precisava entregar e, do nada, a gente parava e começava um “cara, você viu o que o professor tal fez com a fulana? Aquilo me deixou tão mal” e só assim que a gente conseguia continuar, né? Impossível conseguir dar conta de tudo que a gente tem pra fazer no doutorado e ainda lidar com todos esses sentimentos e pensamentos sozinha. (Eliana Alves Cruz)

O isolamento, que é comum às mulheres negras em suas trajetórias acadêmicas, pode ser notado no trecho 6, já que a entrevistada questiona se ela seria a única a passar por aquela situação. Portanto, mesmo cercada de pessoas, ela sente que não possui apoio das mesmas, o que afeta até o seu processo de construção da identidade dentro da universidade (OLIVEIRA, 2013). Além disso, a fala dela aponta para a falta de solidariedade proveniente das rotinas corridas e das exigências comuns do âmbito da pós-graduação. Por terem que priorizar suas atividades individuais, muitas vezes, as pós-graduandas não conseguem inserir pensamentos e ações coletivas. Ao afirmar “isso é o que mata”, tem-se uma noção da profundidade dos impactos que a solidão pode ter sobre o desempenho e sobre a saúde mental delas. A partir do momento em que se encontram nessa situação, surgem dúvidas, que podem contribuir para um *burnout* acadêmico.

Já o sétimo trecho demonstra a necessidade de apoio entre pares, principalmente as que sofrem com experiências de marginalização provenientes do racismo e do machismo. Quando uma estudante questiona à outra: “cara, você viu o que o professor tal fez com a fulana?”, não se trata somente de um desabafo, como também de uma validação de vivências e sentimentos. Além disso, retornamos ao duplo fardo carregado por mulheres negras na medida em que é exaustivo lidar com as exigências do doutorado que cabem a todos os pós-graduandos e também com as experiências interseccionais de racismo e machismo. Esse estado exausto pode levar a uma queda do desempenho acadêmico e da saúde mental. Isso se

reforça quando a entrevistada diz que só conseguia continuar depois de se expressar e validar sua experiência com outra colega. Por conseguinte, nota-se que a lacuna deixada pela falta de espaços formais específicos para tratar dessas questões dificulta ainda mais a experiência dessas pós-graduandas.

Assim, existem diversas práticas da universidade enquanto instituição que reforçam desigualdades interseccionais, como a falta de professoras negras (PNAD, 2019), especificamente em cargos de liderança, e a escassez de suporte psicológico e acadêmico voltado para mulheres pardas e pretas. Para elas, as atuais políticas institucionais não são suficientes para combater essas opressões, visto que não são aplicadas de maneira profunda e interseccional. Além disso, houve menções a tentativas de denúncias de casos de machismo e racismo que não foram bem recebidas pela ouvidoria ou pela administração da organização, o que desestimula a busca por amparo institucional e gera uma sensação de impotência para as estudantes.

(8) Sobre a universidade? Eu me sinto meio perdida. Tem até um pessoal que pode atender a gente, mas nem sobra tempo. E eu tenho medo de falar e isso acabar sobrando pra mim. Sempre sobra pra gente (apontou para a pele evidenciando a cor). Eu já lutei tanto pra chegar aqui, pra ficar aqui, **se eu abrir minha boca, capaz que eles arrumam um jeito de me tirar**. Os homens brancos já acham que a universidade é só deles mesmo... (Eliana Alves Cruz)

No trecho 8, à medida em que a entrevistada diz se sentir perdida, pode-se notar um estado de desorientação no ambiente universitário, pois, se a mesma não encontra referências, inicia um processo de questionamento sobre o seu lugar naquele ambiente. O referido processo é comum em espaços onde há escassez de representatividade e políticas que acolhem, de maneira eficaz, as experiências de pessoas pardas e pretas. Considerei muito impactante a fala da mesma que revela uma profunda preocupação com represálias se ela “abrir a boca”. É facilmente identificável o racismo institucional nessa frase, visto que mulheres negras são normalmente vistas como problemáticas ou vitimistas quando trazem à tona questões de preconceito e se nota a consciência de que “eles” (que dominam a universidade) podem utilizar essa possível denúncia contra elas. Assim, a procura por seus direitos, por meio de uma ouvidoria, por exemplo, pode agravar um risco de sua presença no espaço acadêmico ser impossibilitada.

O fato de a participante apontar para sua pele, evidenciando a sua cor, também foi muito marcante. Isso mostra que a mesma é impedida de ser apenas mais uma pesquisadora dentro da universidade, mesmo que ela não trate de questões raciais, visto que carrega, em sua

aparência, um motivo para ser descredibilizada segundo a lógica racista. Como ela, uma mulher negra, ousou acessar a pós-graduação, a entrevistada demonstra ter que desempenhar atividades acadêmicas de forma impecável, já que “sempre sobra pra gente”. Adicionalmente, o fato se referir ao acesso e permanência à universidade como uma luta evidencia a jornada árdua que é percorrida por mulheres pardas e pretas no ensino superior para que sejam, de alguma maneira, aceitas e legitimadas pelos demais.

A interseccionalidade das vivências machistas e racistas evidencia a maneira como as práticas discriminatórias se revelam especificamente para mulheres negras, se comparadas a outras mulheres ou, até mesmo, a homens negros. Houve diversos relatos em que colegas brancas ou masculinos recebiam maior atenção dentro de sala de aula, assim como estes recebiam questionamentos técnicos e complexos por parte dos docentes, enquanto pós-graduandas negras eram direcionadas a tarefas de cuidado ou secundárias em discussões ou grupos de pesquisa. Essa descredibilidade e invisibilização reforçam o discurso da universidade que acaba por manter hierarquias de gênero e raça ao dificultar e quase impossibilitar a trajetória dessas discentes na instituição.

(9) Eu tive um professor que toda hora era a mesma coisa. **Ele fazia uma pergunta, eu levantava a mão e ele nunca me deixava responder. Olha que eu sentava sempre na frente, sempre anotava tudo, estava atenta.** O pior era que ele dava pontos de participação, mas como eu ia conseguir os benditos pontos se eu não podia nem falar? Agora, era só precisar buscar um controle de ar condicionado ou resolver alguma coisa na secretaria que magicamente eu passava a ser visível pra ele. (bell hooks)

No trecho 9, verifica-se uma experiência comum aos estudantes negros: a invisibilidade racial. Não é apenas uma falha de comunicação, pois o professor conscientemente ignorava as tentativas de sua participação ao desconsiderar as possíveis contribuições que a sua aluna poderia ofertar às discussões em sala de aula. Nesse sentido, há uma desvantagem sistêmica, já que o seu desempenho acadêmico era prejudicado independentemente de seu empenho e dedicação. Adicionalmente, pode-se notar uma visibilidade condicional, visto que a estudante relata que era acionada para exercer trabalhos operacionais ou com menor importância, o que exemplifica, de modo muito claro, a estereotipação racial que está presente na sociedade brasileira e é proveniente da escravização. Nesse sentido, a utilidade de uma pessoa negra só é reconhecida ao passo em que se trata de um papel de subordinação, e não de contribuição intelectual. Além disso, o relato da pós-graduanda nos traz outra forma de racismo, que é o institucionalizado. A hierarquia de

poder está presente na experiência de levantar a mão e não poder falar e na prática de ensino e avaliação que se torna um obstáculo para que a mesma experimente plenamente a pós-graduação.

Outra questão bastante presente nas entrevistas, identificada a partir da ACD, foi a recorrência de estereótipos de gênero e raça, visto que a mulher negra é relacionada a uma mulher forte. Por conseguinte, havia a negação de sua vulnerabilidade, sua necessidade de apoio e capacidade acadêmica. Tal construção discursiva faz com que pós-graduandas negras não recebam suporte acadêmico, administrativo, psicológico e político adequados da universidade, já que os obstáculos encontrados em seus caminhos são enxergados como questões individuais em suas trajetórias por conta da estereotipação.

(10) Ouço isso desde pequena: mulher preta é mulher forte, aguenta dor, aguenta parto, aguenta sofrer. E tem que aguentar calada, senão é mimimi, como dizem por aí. Quando eu perdi minha avó na pandemia, não falei com ninguém. Ia falar com quem? E pra quê? Óbvio que isso impactou na minha nota, mas eu não podia nem reprovar, sou bolsista, né? (Eliana Alves Cruz)

(11) Eu tenho uma amiga que falou com uma pessoa da universidade... desabafou mesmo. Ela tava passando por uns problemas e não tava conseguindo render no mestrado. Depois, ficou sabendo que o cara era bolsonarista, daqueles que acham que somos todos iguais. Ela ficou péssima, foi pra terapia, pagando com o dinheiro que nem tinha. Aí a gente pensa: vou me abrir aqui pra quê se não vão me ouvir nem me entender? (Toni Morrison)

No décimo trecho, vemos mais uma manifestação da estereotipação racial e de gênero, já que a mulher negra é vista como resiliente e forte, sem a possibilidade de ser vulnerável. Ao “aguentar tudo”, deve fazê-lo em silêncio, o que nos remete, mais uma vez, à noção do feminino atrelado ao silêncio (SPIVAK, 2010). O fato de a pós-graduanda não conseguir enxergar espaço para expressar a sua dor de um ente querido demonstra como não apenas ela pode ser enxergada como vitimista somente por ser uma mulher negra compartilhando uma perda, como também evidencia a perda de direitos dos quais todos os estudantes deveriam gozar. Isso é potencializado com a pressão por ser bolsista, já que ela sente que não tem direito ao repouso ou à falha, pois a reprovação resulta no encerramento de sua bolsa.

Esse mesmo isolamento forçado pode ser notado no trecho 11, já que a história da amiga exemplifica a percepção de que se abrir emocionalmente é inútil no ambiente acadêmico, já que encontra indiferença e até mesmo uma reação hostil ao tentar busca ajuda, resultado de um despreparo estrutural (PEGADO, 2017). Adicionalmente, percebemos como

quando atrelada à econômica, a vulnerabilidade emocional ameaça a permanência na universidade, visto que a amiga da entrevistada começou a pagar por atendimento psicológico “com um dinheiro que nem tinha”. A participante expressa sua desilusão ao questionar a eficácia do atendimento disponibilizado pela universidade e, nesse sentido, esse medo da minimização de suas dores atua como um autossilenciador, o que pode reforçar a marginalização de mulheres negras na pós-graduação.

Infelizmente, o assédio acadêmico também foi presente no relato das pós-graduandas negras, sendo que esse as atinge de uma maneira específica. Por conta de suas posições de poder dentro da instituição ou enquanto constituintes da sociedade, homens (seja professores ou alunos) intimidaram as discentes em algum momento, seja ao impor empecilhos adicionais à aprovação de suas pesquisas ou ao questionar suas intelectualidades. As microagressões se fazem presentes a partir deste racismo e machismo velados e sutis, já que há o medo da punição ou descredibilidade em caso de denúncia e, por conseguinte, a universidade se torna um ambiente que provoca medo e isolamento dessas discentes (GODINHO, 2020).

(12) Ah, eu sempre fui de exatas. Péssima em português, história. Quis fazer um mestrado na minha área, pensando no meu futuro mesmo. O complicado é ter que lidar com a turma, que tem muito homem. Os professores também, mas eles ficam na deles. Mas tem gente na turma tá sempre te cortando, te desmerecendo, sua resposta sempre precisa de um complemento, sua sugestão de trabalho nunca tá boa. (bell hooks)

(13) Eu queria estudar pensadores negros, sabe? Carolina (Maria de Jesus), por exemplo... mas, aparentemente, só isso não é suficiente. Elas até podem estar ali, como uma referência secundária, mas fazer um referencial 100% preto? Aí não dá. Não sei em que momento vamos começar a ser aceitos na universidade. A gente pensa, a gente fala, a gente escreve, a gente produz. Cadê a gente aqui? (Djamila Ribeiro)

O relato presente no trecho 12 mostra como há uma dificuldade de ter sua intelectualidade legitimada em uma área que frequentemente é dominada por homens, impedindo que a participante seja encarada como uma igual pelos demais. Pode-se interpretar essa série de experiências como uma soma de microagressões, pois são pequenas porém cumulativas ações de desvalorizam suas contribuições em sala de aula. Quando a pós-graduanda relata a necessidade de diversos colegas turma “complementarem” suas respostas, lembrei de diversas vivências de minha trajetória acadêmica e profissional. Nesse sentido, parece que, para homens e, especialmente, homens brancos, mulheres negras não são

capazes de formular argumentos e raciocínios válidos em discussões intelectuais e técnicas. A falta de intervenção do corpo docente diante de ações desrespeitosas serve, nessa lógica, como um reforço do racismo na universidade (ALMEIDA, 2019).

O trecho 13 possui uma evidente frustração com a limitação de referências que podem ser aceitas em sua área de pesquisa, já que estudar Carolina Maria de Jesus, por exemplo, seria insuficiente. Assim, nota-se a dominação do pensamento eurocêntrico na academia, visto que os autores consagrados que são considerados como referências válidas ainda são majoritariamente europeus e brancos. Além disso, ao perguntar: “Cadê a gente aqui?”, revela uma profunda solidão que se estende até as bases epistemológicas de seu trabalho. A pós-graduanda sabe que existem autoras e autores que se parecem com ela em aparência, mas se nem eles são aceitos, como ela pode ser capaz de produzir teórica e intelectualmente? Aqui, mais uma vez, tem-se uma exemplificação dos obstáculos estruturais presentes no ensino superior, pois há a marginalização da produção intelectual de mulheres e pessoas negras.

Com o relato das pós-graduandas, torno a questionar o discurso meritocrático que permeia o ambiente universitário, vide os impactos emocionais do racismo e do machismo institucionais. O viés presente nas relações sociais não permite a visualização das violências emocionais e simbólicas encaradas por mulheres negras. Isso se reflete em outro marcador, presente nos relatos das mesmas, que é o adoecimento mental. Já que estão inseridas em um ambiente por vezes hostil e que não considera a interseccionalidade como fator relevante para o tratamento com essas estudantes, há o reforço do isolamento e da inferioridade proveniente da exposição prolongada a falas e ações excludentes. Por conseguinte, questionam-se enquanto criadoras de conhecimento, estudantes, pesquisadoras, professoras e até enquanto pessoas.

(14) ... nega, eu nem gosto de falar disso, tá ligada? Claro, tem muita coisa boa acontecendo por aqui, os eventos e os debates sobre raça são bem legais. Sei que o movimento é importante pra gente. Mas tem muita gente doente, dependente de remédio mesmo pra continuar. Gente que não tem grana se vira como pode. As pessoas precisam entender que terapia e tratamento ainda é privilégio. Uma galera chegou aqui bem e só foi se fechando. Hoje, estão no limite. **Eu tô no limite. E olha que eu tô aqui, articulando, movimentando. Imagina quem tá sozinha?** (Audre Lorde)

(15) Aqui (na UFJF) não sei de ninguém, mas sei de algumas meninas que já desistiram do mestrado em outras federais por conta de racismo. É bizarro. Entram empoderadas, mas o ambiente repete tantas vezes que não somos capazes e que não

era pra gente estar aqui, que a gente murcha. A nossa intelectualidade some. (Beatriz Nascimento)

No trecho 14, a referida dependência da medicação e até de outras substâncias para a permanência no ensino superior é um fator preocupante, especialmente se consideramos aspectos raciais e de classe. Nesse sentido, o tratamento terapêutico ainda é um privilégio ao qual nem todas as pessoas possuem acesso e a saúde dos estudantes pode ser colocada em risco com a exposição a situações de vulnerabilidade emocional. Além disso, a frase “Imagina quem tá sozinha?” acrescenta, a essa lógica, a um isolamento tanto entre seus pares quanto do ponto de vista institucional, pois, se não há um suporte necessário e eficaz para lidar com a rotina da pós-graduação, a experiência acadêmica se torna mais difícil. Ao “estar no limite”, a mulher negra expressa que há uma sobrecarga proveniente das experiências de estar em um ambiente ainda dominado por homens brancos, com escassez de apoio institucional e recursos psicoemocionais.

O questionamento sempre presente na academia sobre a capacidade de mulheres negras na universidade também pode ser notado no trecho 15. Racismo e machismo interseccionados influenciam não só no acesso, como também na permanência e conclusão de suas pós-graduações por meio da rejeição, visto que “entram empoderadas, mas o ambiente repete tantas vezes que não somos capazes e que não era pra gente estar aqui, que a gente murcha”. Ao utilizar a palavra “bizarro”, a entrevista exprime sua indignação diante deste cenário que nos desqualifica e provoca a sensação de que não somos dignas de ocupar vagas na universidade. Quando ela diz que a intelectualidade some, percebe-se que há uma reafirmação do racismo e geração de um ciclo de autossilenciamento, pois, se sua contribuição não é válida, aos poucos, ela pode deixar de confiar em suas habilidades intelectuais.

A referida hostilidade presente na universidade também pode ser identificada no desencorajamento e invisibilização de pesquisas que abordam os temas de gênero e raça. É importante reforçar que mulheres negras não são obrigadas a tratar de tais temas em suas pesquisas e em suas aulas, podendo lecionar e pesquisar sobre o que bem entenderem. Entretanto, quando sentem uma inclinação para esta área, relatam a criação de obstáculos em seus caminhos até a obtenção de suporte e financiamento, assim como resistência por parte de alguns professores que tratam essas pesquisas como secundárias ou irrelevantes para a discussão acadêmica. De forma semelhante, por mais que alguns professores aceitassem orientá-las em temas relacionados a essas questões, é comum encontrar referências ao

desincentivo em seguir certas abordagens ou posicionamentos em suas pesquisas por estes não se alinharem com as perspectivas dominantes ou, ainda, hegemônicas.

(16) Minha pesquisa não tem nada a ver com o que eu sonhava em estudar. Eu tinha um trabalho a fazer, não escolhi meu orientador e ele não quis nem me ouvir sobre a minha ideia. Hoje, eu tô só querendo terminar isso logo pra ter liberdade de estudar o que eu quero. (bell hooks)

(17) Já ouvi cada coisa... é difícil lidar, porque mesmo ela sendo mulher, ela não tem a mesma cor que eu. Não leu as mesmas referências que eu. Não viveu a mesma coisa que eu vivi. Tu me entende? Se eu falo do pretuguês da Lélia González, (ela) vai me dizer que é só mais uma preta que não sabia escrever. Como eu vou falar de Brasil sem falar de Lélia? Eu sou preta. Durmo pensando nisso e acordo pensando nisso. (Ana Maria Gonçalves)

Ao relatar que não escolheu seu orientador no trecho 16, pode-se notar uma experiência impositiva na universidade, já que a pós-graduanda não possuiu autonomia para explorar seus próprios interesses de pesquisa. Ao ser desempoderada academicamente, não apenas ela perde o controle sobre sua trajetória acadêmica, mas também possui sua voz silenciada. Assim, quando a entrevistada diz estar “querendo terminar isso logo”, vemos uma falta de interesse pessoal pelo seu próprio trabalho, já que provavelmente sente que está apenas cumprindo uma obrigação. Mais uma vez, percebemos um episódio de alienação e distanciamento de seus propósitos que motivaram o ingresso na pós-graduação, sendo esse cenário uma consequência direta da discriminação interseccional que aprisiona mulheres negras em um sistema que não as valida nem valoriza.

No trecho 17, percebemos uma forte tensão entre a visão dominante e as experiências de vida e referências intelectuais trazidas pela estudante. Quando a entrevistada afirma que a docente vai dizer que Lélia González “era só mais uma preta que não sabia escrever” por falar sobre o pretuguês, o discurso expõe a negação de sua capacidade intelectual e deslegitimação das referências acadêmicas e culturais da pós-graduanda. O racismo epistemológico também é presente, na medida em que Lélia, uma pensadora e ativista fundamental para a intelectualidade brasileira, é considerada menos válida. Adicionalmente, a afirmação “Eu sou preta. Durmo pensando nisso e acordo pensando nisso” nos remete à impossibilidade de dissociação entre sua intelectualidade, produção acadêmica e identidade racial enquanto mulher negra. Nesse sentido, notamos que ser quem ela é pode ser considerado um fator motivador na procura por pesquisas que a representem verdadeiramente.

O efeito acumulado dessas experiências também é trazido pela história oral, sendo observado a partir de relatos de questões psicológicas desencadeadas pela inserção no ambiente acadêmico, como ansiedade e depressão, e até abandono dos estudos por parte de algumas de suas colegas de turma. Portanto, consegue-se perceber que o machismo e o racismo não são uma questão individual, mas um processo contínuo e que se transforma, afetando a trajetória de mulheres negras para além da universidade.

#### 4.3 CORRENDO ATRÁS DO PREJUÍZO: OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS À PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

A inclusão e a neutralidade são marcadores presentes no discurso institucional da universidade. Todavia, é comum verificar a manutenção de estruturas que atuam como obstáculos na permanência de mulheres negras pós-graduandas. A quase ausência de políticas que sejam aplicadas de maneira interseccional, profunda e eficaz para a permanência deste grupo denuncia, portanto, um discurso que reconhece as desigualdades racial e de gênero, porém não as trata de maneira adequada para que os efeitos de uma sociedade racista e machista sejam minimizados dentro da organização. Dessa forma, a permanência dessas mulheres depende de sua resiliência individual e busca por suportes alternativos, não contando tanto com mecanismos institucionais de apoio.

A partir da história oral, possibilitou-se expressar as dificuldades enfrentadas na permanência, como a burocratização de acesso a auxílios financeiros, a escassez de apoio administrativo-universitário (desde a falta de suporte psicológico interseccional até à banalização das denúncias) e a falta de representatividade de mulheres na tomada de decisões que afetam docentes e discentes em um espaço que não foi, originalmente, construído para acolher e incluir mulheres negras. Adicionalmente, a ausência de mentorias acadêmicas e o despreparo da instituição para atender às demandas específicas dessas pós-graduandas auxiliam a perpetuar a invisibilização dessas experiências.

(18) Quando eu olho pro pessoal que decide quanto vai ser a nossa comida, quem vão ser os professores da minha banca, em quem me dá aula... eu não me vejo. **E, cara, como eu vou ter sucesso na academia se me dou bem com a tia que faz a limpeza e não com o cara que me dá aula de epistemologia e já foi apresentar o trabalho dele em outros países?** Dá vontade de desistir porque aqui não parece meu espaço. Eu faço em uma língua e eles, em outra. Eu até entendo eles, porque vivo no mundo deles. Mas eles não me entendem ou não querem me entender. (Alice Walker)

Os efeitos da ausência de representatividade da mulher negra nas tomadas de decisão e em cargos de liderança estão presentes no décimo oitavo trecho, já que notamos a dominação de pessoas brancas em cargos decisórios e, por consequência, a pós-graduanda se sente desconectada dentro da universidade. Ao se questionar sobre suas possibilidades de sucesso, sua fala evidencia a hierarquização social dentro das universidades, pois se identifica mais com quem possui vivências e realidade similar à sua do que com as pessoas que irão validá-la enquanto intelectual. Na medida em que os docentes estão, muitas das vezes, inseridos em espaço fechado e elitista, mulheres negras se sentem frequentemente como não pertencentes. Além disso, quando a entrevistada diz que se expressa “em uma língua e eles, em outra”, lembrei-me do pretuguês de Lélia González. Não é porque estamos falando de uma maneira diferente do que normalmente é aceito como conhecimento válido que não tem importância ou potenciais contribuições para a intelectualidade.

A linguagem acadêmica normalmente desconsidera as vivências, a oralidade e os saberes populares, sendo que estes são fatores importantes para a construção e transmissão de conhecimento para as pessoas negras (COLLINS, 2019). Quando a participante se refere a “fazer em uma língua”, compreendo que não é somente sobre uma linguagem formal, como também sobre a escolha epistemológica que entra em combate com as epistemologias e posicionamentos acadêmicos dominantes. Assim, quando a mesma afirma que os entende – porque é forçada a viver “no mundo deles”, já que ingressou na universidade – mas eles não entendem ou não querem entendê-la, verifica-se o racismo institucionalizado que exclui e marginaliza os saberes e as experiências de mulheres negras, afetando as suas “sobrevivências” neste espaço (EUCLIDES, 2017).

O desencorajamento às pesquisas de gênero e raça foi amplamente mencionada ao falarem sobre os obstáculos institucionais, visto que relataram a resistência de bancas ou de orientadores que consideraram os trabalhos “militantes demais”. A utilização de uma epistemologia que dialoga diretamente com o feminismo negro no presente trabalho não é a toa; enquanto mulheres negras, temos consciência de que a barreira epistemológica hegemônica impede que realizemos nossas pesquisas de maneira legítima e de acordo com a realidade interseccional.

A falta de vínculos acadêmicos que favorecem o desenvolvimento de suas carreiras acadêmicas faz com que elas se sintam sem suporte para lidar até mesmo com as dificuldades comuns a todos os estudantes de pós-graduação. Em consequência, algumas participantes contaram que consideraram desistir da pós-graduação por conta do isolamento e esgotamento psicológico. Simultaneamente, tratar com a pressão da pós-graduação, a sobrecarga de

responsabilidades e o impacto do machismo e racismo pode ser demais para uma pessoa só. Para se encarregar disso, foram criadas estratégias individuais para sobreviver na universidade, aumentando assim a carga emocional e psicológica de suas trajetórias acadêmicas.

(19) ... então, se não fosse o pessoal do movimento, eu nem taria aqui. Isso aqui pra mim é privilégio, de onde eu vim, não tem isso de estudar com 20 e tantos anos. Eu preciso saber que, no espaço que eu tô, tem mais gente igual a mim, que me ouve, que até completa minhas frases porque a gente tá passando junto pelo mesmo, mesmo que em cursos diferentes, em salas diferentes. (Audre Lorde)

(20) A universidade ainda é muito elitizada e masculina. Nós, mulheres, ficamos muito isoladas e nem preciso falar de dinheiro, nem vou entrar na discussão sobre classe. Se a gente não se unir, não temos ninguém. Pode ser pra falar sobre o gloss novo que lançou, mas também pra pegar uma referência pra um trabalho, um pdf ou reclamar de um professor (risos). (Sueli Carneiro)

No trecho 19, a estudante reconhece seu privilégio de poder acessar a universidade, considerando a sua realidade social e as dificuldades interseccionadas que atravessam a trajetória de mulheres negras. Nesse sentido, a coletividade faz toda a diferença para ela resistir e permanecer nesse espaço através dos movimentos sociais, que tornam o espaço acadêmico mais seguro e acolhedor. Além disso, quando ela afirma “preciso saber que, no espaço que tô, tem mais gente igual a mim”, vemos um reforço dessa necessidade de se aquilombar, compartilhar experiências de vida e ouvir e ser ouvida para a construção de sua identidade (OLIVEIRA, 2013). Assim, são criadas estratégias alternativas e coletivas para se opor à solidão e ao desamparo emocional que podem ser provenientes da universidade.

Já no vigésimo trecho, a pós-graduanda destaca a exclusão de mulheres advinda de um espaço estruturado de forma masculina e elitista. Evidenciando a questão de classe social (mesmo afirmando que não vai tratar disso), ela nos mostra que há um isolamento interseccionado que atinge especificamente mulheres negras e pobres. Quando ela afirma que elas têm que se unir, mais uma vez, a trajetória acadêmica é descrita como um espaço de luta, sendo que esta não é individual. Quando mulheres negras se unem para além do laço estritamente acadêmico, são capazes de se fortalecer e de questionar as normas hegemônicas que as colocam em prejuízo. Com essa união, não somente elas criam e reproduzem estratégias de sobreviver e resistir na universidade, como também afirmam suas identidades e validam conhecimentos e vivências compartilhadas.

Mais uma vez, percebe-se que as problemáticas advindas das vivências machistas e racistas se mesclam aos obstáculos encontrados por essas discentes na universidade, ao passo em que diversos dos empecilhos encontrados em suas trajetórias acadêmicas são de cunho institucional, como a invisibilização de pesquisas que abordam questões interseccionais e, mais especificamente, raciais, que volta a aparecer nos relatos das mesmas. Outro ponto importante é relacionado à jornada dupla entre trabalho e estudos, o que afeta fortemente em seus rendimentos acadêmicos e transforma a conclusão de suas pós-graduações mais morosas e desgastantes, assim como o trabalho doméstico e as rotinas familiares.

(21) Eu tenho um filho pequeno e que exige minha atenção, por mais que ele esteja com a minha mãe... por isso, preciso ficar atenta ao celular o tempo todo e não é todo professor que entende, né? Daí, mesmo os que entendem, precisam do meu trabalho feito na segunda-feira, não importa se eu tenho uma pilha de roupa pra lavar no final de semana, se meu filho passou mal, se o trabalho me deu novas demandas... o tempo da universidade parece que passa mais rápido do que o meu tempo. Eu estou o tempo todo cansada, mas esse é o meu sonho. (Maya Angelou)

No vigésimo primeiro trecho, nota-se a dificuldade de conciliar a vida acadêmica e a maternidade. Na sociedade brasileira, o papel do cuidado é atribuído especificamente às mulheres e, por consequência, mesmo que seus filhos estejam com outra pessoa, ainda assim há a carga da responsabilidade pairando sobre elas. Além disso, ao se referir ao tempo da universidade passar mais rápido do que o seu próprio tempo, a pós-graduanda evidencia como as barreiras são maiores para aquelas pessoas que não conseguem se dedicar exclusivamente à pesquisa e à academia, já que a pressão acadêmica, comum a todos os estudantes, não leva e não levará em conta a realidade familiar e doméstica das mulheres e, especificamente, das mães (SILVA, 2020). Assim, uma proposta de flexibilidade acadêmica que mantivesse padrões das pesquisas e considerasse as demandas pessoais seria uma transformação que tornaria a universidade mais inclusiva.

Essa especificidade, que pode ser considerada até uma jornada tripla, é muito comum às mulheres negras, e deve ser considerada uma constatação da necessidade de políticas interseccionais que proporcionem melhores condições para a permanência e conclusão dos cursos.

#### 4.4 “EU SOU PORQUE NÓS SOMOS”: COLETIVOS ESTUDANTIS COMO ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO

Com as entrevistas das pós-graduandas, nota-se que os coletivos têm desempenhado um papel importante no combate ao racismo e ao machismo na UFJF, sendo essenciais para o acolhimento psicoemocional das discentes, a sua articulação política e fortalecimento da identidade acadêmica e sensação de pertencimento. É por meio do compartilhamento e coprodução de conhecimentos que essas alunas e pesquisadoras encontram apoio e desenvolvem iniciativas que desafiam a estrutura hegemônica dominante da universidade. Um exemplo disso é o Coletivo AfroFlor, voltado para mulheres negras e a promoção de eventos, formações políticas e debates. Sendo espaço para a troca de experiências e canal de denúncia seguro, o coletivo se torna um importante instrumento para pressionar a universidade em prol de transformações efetivas.

Além dos coletivos, há práticas interseccionais que procuram conectar diferentes lutas e discussões, como gênero, raça e classe na UFJF. Essas interações e proximidade proporcionam uma visibilidade mais ampla da realidade específica de mulheres negras e, por conseguinte, há a criação de parcerias estratégicas com grupos e movimentos sociais e políticos que atuam interna e externamente na universidade. É a partir desse senso de coletividade que as discentes negras reconstruem sua autoestima acadêmica e encontram alternativas coletivas para encarar obstáculos que, por vezes, são tratados como problemas individuais.

Portanto, a participação das estudantes em coletivos foi identificada como um fator importante para a permanência de muitas entrevistadas. As mesmas asseguraram que esses grupos são capazes de proporcionar espaços seguros para acolhimento, escuta e articulação de ações de combate ao racismo e machismo na universidade, algo que falta, segundo elas, na instituição. Tais ambientes são fundamentais para a (re)construção da identidade acadêmica das mulheres negras, promovendo a sensação de legitimidade e pertencimento.

(22) ... e, aqui dentro, o coletivo acaba sendo uma das coisas mais importantes pra mim. Eu sofria muito calada, mas agora aprendi a me posicionar. Mas também escolho minhas batalhas, sabe? Preciso preservar a saúde mental que me resta pra poder encerrar esse ciclo com dignidade. (Chimamanda Ngozi Adichie)

(23) As meninas me ajudam muito. A gente divide leituras, conversa, troca ideia mesmo sobre tudo. Parece que tô em casa e isso faz toda a diferença. Eu não sou de militar, nunca fui ativista, mas tô sempre ali, colaborando como posso, do jeito que

dá. Ter essa rede de apoio fez toda a diferença de uns tempos pra cá, porque a pressão aumentou, mas agora eu nunca tô sozinha. (Alice Walker)

No trecho 22, notamos a importância do coletivo acadêmico para lidar com a universidade e os desafios emocionais provenientes desse espaço. Por meio da união com pessoas que a fortaleceram, a pós-graduanda passou por um processo de empoderamento e reforço de sua resistência e autonomia. Ao se referir a sua necessidade de encerrar com dignidade, percebemos como o impacto das exigências e da pressão acadêmica vai muito além do espaço físico da universidade. Quando ela escolhe suas batalhas, ela (re)produz uma estratégia individual para se cuidar e se proteger de certos conflitos para focar em seu objetivo, que é a conclusão de sua pós-graduação.

Já no trecho 23, temos o reforço do quão fundamental a coletividade pode ser para as pós-graduandas, visto que é a partir dela que ocorre o sucesso acadêmico e emocional. Quando ela se sente “em casa”, ela é capaz de criar um espaço seguro para si por meio do reconhecimento, validação e acolhimento com seus pares. Ao ser modesta sobre o seu ativismo, apesar de contribuir segundo as suas possibilidades, ela revela um aspecto importante e comum nas experiências de mulheres negras nas universidades: espaços de resistência e oposição informais, os quais enfrentam desafios para além dos que os mecanismos de auxílio criados pelas universidades se propõem a combater. Na medida em que nunca está sozinha, há o alívio do isolamento e da invisibilidade, já que há um cenário de empatia e afeto que diminui a carga e a pressão enfrentada por pós-graduandas pardas e pretas (hooks, 2019).

Dado que há discursos institucionais de exclusão presentes nas universidades, os coletivos podem ser considerados como espaços contra hegemônicos que desafiam a ótica dominante. A partir da ACD, pode-se perceber que esses grupos operam como espaços de reorganização e reconstituição da identidade acadêmica, fazendo com que as pós-graduandas negras sejam capazes de dar novos significados às suas trajetórias e encontrar acolhimento em vivências compartilhadas.

Com o auxílio da história oral, pode-se identificar a essencialidade dos coletivos na construção de estratégias de resistência das discentes negras, visto que, nesses espaços, foi encontrada uma rede de suporte emocional e acadêmico quase inexistente na estrutura institucional original. Para mais, a atuação política desses coletivos reforça que o racismo e o machismo não são problemas a serem enfrentados de forma individual apenas, mas de forma coletiva. Isso se dá da seguinte maneira: quando os estudantes e membros do coletivo passam

a questionar a estrutura da universidade, passam a romper com a lógica meritocrática e reivindicar a implementação de políticas mais inclusivas e mais próximas da realidade acadêmica. Assim, os mesmos se tornam agentes de transformação com um certo poder em tomadas de decisão dentro da universidade, o que provavelmente não conseguiriam de maneira individual.

(24) Tem gente que fala por aí que temos as mesmas 24 horas... eu tenho que tramar, deixar tudo lá em carra arrumado sempre, entregar meus trabalhos e fazer minha pesquisa. Sem a galera, eu não daria conta de tudo isso não. É uma correria, às vezes, a gente até se desentende. Mas estamos sempre pensando no coletivo, pensando nos estudantes... **a universidade é nossa! O foco é sempre como podemos melhorar a nossa experiência e a dos que vem pra cá no futuro.**  
(Audre Lorde)

A crítica à fala de que todos têm as mesmas 24 horas no vigésimo quarto trecho alcança o questionamento sobre a lógica meritocrática de que as condições são iguais para todos na universidade, logo, basta se dedicar e a pós-graduação será concluída, assim como é questionado no trabalho de Carvalho (2004). É o privilégio (ou a falta dele) que determina como essas horas serão empregadas e, na medida em que mulheres negras possuem diversas responsabilidades que não são reconhecidas pelas instituições e pela sociedade, não há como falar sobre a experiência delas sem mencionar a sobrecarga. Isso se intensifica se retornamos à exigência de um alto padrão de desempenho por parte das estudantes pardas e pretas. Essa pressão pode fazer com que as mesmas relações que a salvam de um contexto de isolamento também se tornem tensas, como é verificado na fala dela com relação aos desentendimentos, mas percebe-se que o pensamento coletivo sempre é o foco das ações e propostas, tornando o ambiente mais justo e inclusivo.

Quando a entrevistada afirma que “a universidade é nossa”, fica evidente o potencial transformador da coletividade em espaços dominados, já que reivindicam o ambiente acadêmico para si através da soma de lutas individuais em uma batalha coletiva que possui foco na transformação positiva da experiência de todas as pessoas. A perspectiva interseccional e de futuro chama muito a atenção também; há a crença da possibilidade de mudança, ou seja, de que a universidade possa ser mais representativa frente às diferentes realidades de seus integrantes. Portanto, conseguimos identificar que esse aquilombamento não somente é um movimento de resistência, mas também de oposição e transformação do meio em que existe.

Tal atuação política pode ser considerada uma maneira de os estudantes pressionarem a universidade visando a implementação de políticas que acolham a diversidade discente e docente, como, por exemplo, a partir da conquista de ações afirmativas e a criação de eventos voltados para questões de gênero e raça. No entanto, é importante destacar que houve resistência de algumas entrevistadas na participação nesses grupos, o que talvez demonstre a força dos discursos institucionais que desincentivam a militância acadêmica ou o isolamento proveniente das desigualdades raciais e de gênero já internalizado. Assim, a falta de tempo, a preocupação de serem punidas pela participação nesses grupos e o receio com a sobrecarga de deveres e responsabilidades enquanto membras do coletivo e pós-graduandas demonstram que a universidade ainda não reconhece a legitimidade da atuação política dos estudantes, reforçando ainda mais a sua marginalização.

A ACD torna evidente que os coletivos estudantis desafiam a narrativa dominante de uma universidade que é neutra e meritocrática. Ao passo em que o racismo e o machismo são questionados, esses espaços geram fissuras no discurso de que a universidade é para todos, abrindo caminho para pensarmos e construirmos um ambiente mais diverso, acolhedor e inclusivo. Mesmo que o objetivo de um coletivo não seja, especificamente, sobre os direitos de mulheres negras, mas auxilie na valorização de epistemologias negras e feministas, por exemplo, há a contribuição para a democratização do conhecimento. Assim, a universidade será para todos com o reconhecimento e legitimação dos questionamentos dos coletivos pela universidade que provoquem mudanças estruturais.

#### 4.5 A URGÊNCIA DE UMA UNIVERSIDADE PARA ALÉM DAS COTAS: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO

É inegável que a política de cotas seja amplamente reconhecida como um avanço no Brasil, principalmente ao tratarmos da democratização à educação superior do país. Entretanto, quando se aplica a ACD às entrevistas coletadas, percebe-se a limitação das mesmas enquanto instrumento de reparação. São necessárias garantias sobre a permanência e a conclusão de alunas cotistas e não cotistas para que a inclusão ocorra eficientemente, e não apenas ações afirmativas de acesso. A quase ausência de políticas eficazes voltadas para a permanência e conclusão dos cursos mostra que o discurso institucional inclusivo é, muitas vezes, apenas um mecanismo legitimador da universidade enquanto espaço democrático, sendo que as mudanças acabam não sendo implementadas de maneira profunda, como um problema estrutural exige.

(25) Bom, eu fui cotista na graduação. Sei o quanto isso é importante. Mas hoje, olho pra trás e penso que muita coisa poderia ter sido diferente, eu não precisava ter apanhado tanto. E é óbvio que algumas situações bem específicas aconteceram porque sou uma mulher parda. No momento em que a gente toma consciência sobre isso, tudo é diferente. Hoje, penso que passei muito perrengue por falta de dinheiro e que isso poderia vir a partir de um auxílio da universidade. (Maya Angelou)

(26) Acho que a assistência psicológica especializada seria um bom passo pra gente poder se manter aqui. Principalmente depois da pandemia, sinto que estamos mais fragilizadas, menos resistentes pra estar nesses ambientes que são, em sua grande maioria, de homens brancos. Essa situação vem mudando aos poucos, mas ainda estamos longe de chegar onde precisamos. E, pra isso acontecer, precisamos estar firmes e bem. Não adianta de nada sair daqui com uma tese se eu adoecer no meio do caminho. (Ana Maria Gonçalves)

A pós-graduanda, ao afirmar que foi cotista na graduação no trecho 25, destaca que passou por diversas situações que poderiam ter sido diferentes, caso a universidade estivesse mais preparada para lidar com questões interseccionais. A violência e o sofrimento pelos quais ela passou ficam evidentes com o uso da frase “eu não precisava ter apanhado tanto”. O racismo e o machismo, por vezes, operam de formas sutis e quase invisíveis, o que torna difícil a denúncia e até mesmo a percepção por parte da vítima. Entretanto, isso torna a experiência ainda mais dolorosa, já que há a sensação de injustiça e impotência (hooks, 2019). Quando ela destaca a importância da tomada de consciência, há o reconhecimento de que há uma estrutura que se movimenta para colocar mulheres negras em desvantagem por meio das opressões. Além disso, quando ela menciona a questão econômica, também nos traz um questionamento: os auxílios oferecidos pelas universidades têm sido suficientes? A narrativa da pós-graduanda evidencia que há uma falha sistêmica no suporte à permanência das estudantes sem que a preocupação financeira seja um obstáculo constante.

No trecho 26, há a sugestão de uma assistência psicológica especializada para garantir a saúde mental e a permanência das pós-graduandas negras, o que, segundo a entrevistada, tornou-se ainda mais importante após a pandemia. Com um suporte mais sensível e estruturado, há uma atenção maior para o racismo, o machismo e outras opressões que afetam o desempenho e a vida dos estudantes. Adicionalmente, ela reconhece que existem transformações pequenas, porém importantes, acontecendo e, por conseguinte, a universidade vem lentamente se tornando um ambiente mais acolhedor. Por conta dessa lentidão, também há, em sua fala, a demanda por iniciativas mais eficazes, profundas e céleres (HOLANDA, 2008), para que o acolhimento de mulheres negras não ocorra somente de maneira superficial.

A escassez de políticas interseccionais voltadas para a permanência e conclusão dos cursos mostra que há uma evidente lacuna nas políticas de inclusão do ensino superior brasileiro. Assim, o discurso institucional inclusivo é uma estratégia de legitimação da universidade enquanto espaço democrático. Contudo, mudanças estruturais e profundas fazem falta, como fica evidente no discurso das participantes. É urgente, portanto, que a universidade repense a inclusão de estudantes de grupos marginalizados, compreendendo que estão inseridos em uma sociedade na qual há desigualdades sociais que se refletem em seus ambientes e afetam a trajetória acadêmica de seus discentes.

(27) Tenho a impressão de que pensam que já repararam todo o histórico de escravidão e preconceito racial no Brasil com as cotas... isso tá longe de ser uma reparação adequada. Somos parte de uma sociedade racista e machista. Precisamos ter essa visão de raça, de gênero, de classe, pra pensar numa universidade melhor, num país melhor. (Bianca Santana)

No trecho 27, a entrevistada afirma que as cotas são uma tentativa de minimização das desigualdades e não uma completa reparação. Essa solução parcial, segundo a mesma, não é adequada quando consideramos o passado escravocrata e as opressões que permeiam a sociedade brasileira. Nesse sentido, as políticas públicas precisam ser acompanhadas de outras ações que provoquem uma revisão de valores sociais, transformações na cultura organizacional das universidades e educação de base por meio do letramento racial, por exemplo. A interseccionalidade, muito presente em seu discurso, é essencial para que possamos analisar o contexto em que mulheres negras estão inseridas tanto na universidade quanto na sociedade e é a partir dela que poderemos repensar, desconstruir e propor novas medidas.

As entrevistas das participantes trouxeram sugestões comuns para o fortalecimento das políticas afirmativas, como o aumento de bolsas interseccionalmente direcionadas, programas de saúde mental e mentorias acadêmicas específicas para mulheres negras, assim como a valorização de pesquisas que abordam gênero e raça de forma interseccional. Além disso, a criação de comitês de acompanhamento permanentes e a capacitação antirracista e antimachista dos docentes e funcionários foi mencionada. Portanto, a universidade não precisa criar políticas de diversidade somente, mas assegurar sua eficácia e monitorar seus desdobramentos para todas as pessoas discentes, respeitando suas especificidades.

Por meio da análise crítica do discurso, realizei a sistematização dos problemas identificados e das demandas e sugestões que possibilitam a elaboração de políticas institucionais interseccionais mais eficazes, que se encontram na Tabela 3.

**Tabela 3 – Problemas identificados e sugestões de solução/minimização**

<b>Problema identificado</b>	<b>Sugestão de política institucional</b>
Saúde mental comprometida pelo racismo institucional	Criação de programas de suporte psicológico específicos para mulheres negras, com atendimento especializado e sensível às questões raciais e de gênero. Disponibilização de grupos terapêuticos e apoio psicossocial contínuo.
Dificuldade financeira na permanência acadêmica	Expansão das bolsas de permanência para mulheres negras na pós-graduação, considerando fatores interseccionais (maternidade, renda, raça e gênero). Criação de auxílios emergenciais e ampliação do suporte financeiro para participação em eventos acadêmicos.
Invisibilidade das epistemologias negras	Inclusão de autores negros nos currículos dos programas de pós-graduação, promoção de grupos de estudo sobre intelectuais negros e incentivo à publicação de pesquisas voltadas para epistemologias afrocentradas.
Desvalorização e invalidação da produção acadêmica de mulheres negras	Criação de premiações e incentivos para pesquisas produzidas por mulheres negras. Promoção de eventos acadêmicos e seminários que valorizem e divulguem suas produções científicas.
Falta de orientação acadêmica adequada para estudantes negras	Implementação de um programa de mentoria com professoras negras e pesquisadoras experientes, possibilitando orientação acadêmica, profissional e emocional para alunas negras na pós-graduação.
Excesso de cobranças e estigmatização da competência acadêmica	Capacitação do corpo docente sobre racismo estrutural e interseccionalidade. Criação de um código de conduta para evitar práticas discriminatórias e garantir um ambiente acadêmico mais inclusivo.
Falta de espaços de acolhimento e pertencimento	Fortalecimento e legitimação de núcleos e coletivos institucionais para mulheres negras na pós-graduação, promovendo encontros, debates e suporte mútuo. Disponibilização de espaços físicos para reuniões e atividades de fortalecimento coletivo.

Maternidade e conciliação entre estudo e cuidado com filhos	Criação de creches universitárias gratuitas ou subsídios para mães estudantes. Implementação de flexibilização de prazos e políticas de adaptação curricular para mães na pós-graduação.
Silenciamento e medo de denunciar discriminação racial e de gênero	Estabelecimento de uma ouvidoria especializada em questões de raça e gênero, com garantia de confidencialidade e medidas efetivas contra discriminação. Realização de campanhas de conscientização sobre racismo e machismo institucionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As esquinas por que passei  
Só eu sei, só eu sei  
Sabe lá o que é não ter e ter que ter pra dar  
(ESQUINAS, 1984).

Mulheres negras são, historicamente, direcionadas para cargos de cuidado no Brasil, por conta do histórico escravocrata do país. Por conta disso, é esperado que estas sejam babás, trabalhadoras domésticas ou donas de casa. A mulher negra que ousa romper com esses estereótipos e trilhar novos caminhos, como o da pesquisa acadêmica, é vista com um viés discriminatório dentro da universidade por conta do racismo e machismo que marcam a sociedade brasileira.

A presente pesquisa possui o objetivo de compreender quais são e o que caracteriza as estratégias individuais ou coletivas de mulheres negras pós-graduandas contra o machismo e o racismo institucionais presentes em uma universidade com recente aprovação de política de ações afirmativas. Nota-se que as mulheres negras ainda passam por muitas experiências específicas interseccionais, as quais ainda não possuem políticas voltadas para saná-las de maneira mais direta.

São diversos os atravessamentos em suas rotinas que se tornam obstáculos para suas permanências e conclusões dos cursos: a invisibilização em sala de aula, o assédio acadêmico, a falta de amparo institucional, o receio por represálias em casos de denúncia e o desmerecimento de pesquisas de gênero e raça na academia, por exemplo. Várias estratégias são criadas para que elas consigam lidar com os empecilhos encontrados, já que consideram o mestrado e o doutorado muito solitários, muitas vezes, por serem as únicas ou minoria em suas turmas.

Essas estratégias de sobrevivência podem ser úteis a curto prazo ou, pelo menos até que as mesmas terminem os seus respectivos cursos, mas não são a solução mais adequada a médio e longo prazo. Se formos pensar no coletivo e, mais ainda, que tais estudantes deveriam se sentir seguras e acolhidas, já que a universidade é para todos e de todos, percebemos a urgência de se pensar uma instituição para além da política de cotas, visto que apenas o ingresso não garante a permanência e a conclusão.

A partir do momento em que mulheres negras nascem, elas já estão “correndo atrás do prejuízo”, pois suas vivências serão atravessadas pelo machismo e pelo racismo que estruturam a sociedade brasileira. Por conseguinte, quando pensamos na democratização da

educação, não podemos lidar de forma individual com um problema que deve ser pensado, desmembrado e solucionado de maneira coletiva.

Com a história oral, foi respeitada a proposta do trabalho de realizar uma coprodução de saberes. A pesquisadora não possuiu o objetivo de trazer um resultado pronto e viesado. Por conseguinte, a presente pesquisa é resultado da condução das entrevistadas com a análise por parte da pesquisadora. As entrevistas semiestruturadas possibilitaram que houvesse o mínimo de intervenção necessária, apenas para que o foco da dissertação não fosse alterado.

Além disso, a partir da análise dos dados por meio da análise crítica do discurso, foi possível identificar discursos de poder, violências simbólicas e discursos das participantes da pesquisa que são similares. Tal similaridade evidencia que a interseccionalidade entre gênero e raça é, mais uma vez, uma mazela social a ser combatida de maneira coletiva, visto que não se tratam de relatos e experiências individuais.

O resultados da pesquisa mostram que há dificuldades quanto à permanência em mestrados e doutorados principalmente ao olharmos para questões de auxílio financeiro, dinâmicas sociais em sala de aula, por conta das hierarquias de poder presentes entre docentes e discentes e até mesmo entre docentes de diferentes gêneros e raças, assim como por conta da invisibilização de suas pesquisas pelo simples fato de serem mulheres negras. Também há obstáculos por conta da falta de suporte psicológico especificamente direcionado ao referido grupo e por represálias em consequência a denúncias de racismo e machismo.

Já quando observamos as questões que afetam a conclusão dessas pós-graduandas, nota-se uma grande dificuldade de se realizar pesquisas que não sejam similares ao pensamento dominante da área (mainstream) e, por conta disso, trabalhos que utilizam narrativas ou epistemologias diferentes são normalmente desencorajados ou desmerecidos. Outra questão quanto à conclusão diz respeito à representatividade em cargos de tomada de decisão: se não há pessoas que compreendem o que está sendo dito por estas mulheres negras, como seus trabalhos serão avaliados e aprovados por estas pessoas?

Nesse sentido, as mulheres criam diversas estratégias individuais e coletivas para resistirem às violências cotidianas e também para as enfrentarem, geralmente, de forma coletiva, neste último caso. É a partir do compartilhamento e da troca que se sobrevive na universidade para as mesmas. Assim, grupos de pesquisa e coletivos estudantis que se constituem enquanto espaços seguros são muito importantes para que essas mulheres se sintam pertencentes, ouvidas e respeitadas enquanto pessoas e pesquisadoras.

Portanto, são inúmeros os desafios específicos que se revelam na medida em que começamos a olhar para a universidade a partir da perspectiva interseccional. A vivência na

pós-graduação destas mulheres é marcada por várias situações que deveriam estar sendo minimizadas pela instituição e, por conseguinte, é urgente que pensemos na universidade como um ambiente hierarquizado e marcado por desigualdades presentes na sociedade brasileira. A partir disso, podemos começar a discutir sobre medidas de reparação e políticas de permanência e conclusão mais eficazes, já que foi constatado que não basta ter acesso ao ensino superior brasileiro.

Como é sugerido pelas entrevistadas, deve-se pensar em ações afirmativas que não visem somente o ingresso à pós-graduação, sendo necessários comitês de monitoramento, auxílios financeiros específicos, assistência psicológica direcionada, educação antirracista para a equipe e discentes e, o principal, a escuta. Se a universidade é para todos, a mesma deve ser construída coletivamente, focando em um ambiente mais inclusivo, diverso e acolhedor.

É uma proposta desta pesquisa que a universidade seja planejada de maneira interseccional, pensando não apenas em gênero e raça, mas em classe, idade, sexualidade e tantas outras categorias sociais. A partir desse trabalho, espera-se que os caminhos sejam abertos para políticas, estudos e ações eficazes que garantam a democratização da educação superior brasileira e em uma sociedade mais equitativa.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6705/1346.pdf?sequence=1>
- ALBERTI, Verena. Individuo e biografia na história oral. 2000. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1525.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1525.pdf).
- ALMEIDA, Marilea de. A voz, a coragem e a ética feminista. In: HOOKS, bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. Editora Elefante, 1ª ed., 2019.
- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- AMARAL, Isabela G.; NAVES, Flávia. O enfrentamento das opressões de gênero numa universidade pública: O papel dos coletivos na ótica do feminismo decolonial. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 7, n. 1, p. 151-184, 2020. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/abrir\\_pdf.php?e=MjY1OTY=](http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjY1OTY=).
- BATISTA, E. C., de MATOS, L. A. L., & NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3), pp. 23-38. 2017. Disponível em: <https://rica.unibes.com.br/rica/article/view/768/666>.
- BATISTA, J. D. O., MOCROSKY, L. F.; MONDINI, F. Sujeito e objeto na produção do conhecimento científico. *ACTIO: Docência em Ciências*. Curitiba, v. 2, n. 3, pp. 44-59. 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/6885>.
- BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, v. 24, p. 247-273, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200002>.
- BERNARDINO-COSTA, J., & GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, 31, pp. 15-24. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>.
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, 30, pp. 147-163. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; SANTOS, Sales Augusto dos; SILVÉRIO, Valter Roberto. Apresentação: Dossiê "Relações raciais em perspectiva". *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 2, p. 215-222, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/download/9110/6269>.
- BERSANI, Humberto. Racismo estrutural e o direito à educação. *Educação em Perspectiva*, v. 8, n. 3, p. 380-397, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i3.892>.

- BURGER, E. R.; VITURI, R. C. I. Metodologia de pesquisa em ciências humanas e sociais: história de vida como estratégia e história oral como técnica—algumas reflexões. *XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo. Currículo, tempos, espaços e contextos: nosso tempo presente*. 2013. Disponível em: [https://www4.pucsp.br/webcurrículo/edicoes\\_anteriores/encontro-pesquisadores/2013/downloads/anais\\_encontro\\_2013/poster/reneecoura\\_ivovituri\\_edneiareginaburger.pdf](https://www4.pucsp.br/webcurrículo/edicoes_anteriores/encontro-pesquisadores/2013/downloads/anais_encontro_2013/poster/reneecoura_ivovituri_edneiareginaburger.pdf).
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados* [online]. 2003, v. 17, n. 49, pp. 117-133. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>>.
- CARVALHO, José Jorge de. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2004. Disponível em: <https://ufrgsprocotas.noblogs.org/gallery/1244/Serie358empdf.pdf>.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo Editorial, 2019.
- COLLINS, P H. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado* – v. 31 n. 1 jan./abr. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>.
- COMBAHEE River Collective. Manifesto do Coletivo Combahee River. Tradução de Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 26.1, 2019, p. 197-207.
- CORREIA, AEGC; ALVARENGA, Lídia; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Publicar é preciso, transformar cientistas em máquinas de produção não é preciso. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1-15, 2011. Disponível em: [https://www.brapi.inf.br/\\_repositorio/2011/06/pdf\\_07beaf1780\\_0017119.pdf](https://www.brapi.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_07beaf1780_0017119.pdf).
- COSTA, Everton Garcia da; NEBEL, Letícia. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 50, 2018. Disponível em: <https://seer.furg.br/momento/article/view/3009/2488>.
- CUNHA, F. N. D. Mulher negra no Ensino Superior: "Eu quero fazer parte dessa sociedade". Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Ciências em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 80 pp. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/196535>.
- DANIEL, Camila. "Morena": A epistemologia feminista negra contra o racismo no trabalho de campo. *Humanidades & Inovação*, v. 6, n. 16, p. 23-34, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1825>.
- DIRETORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS. Apresentação. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/diaaf/apresentacao/>. Acesso em 01 de abr. de 2025.

- DIAS, B. S. N. América Latina por uma epistemologia decolonial da comunicação. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, 19(38), pp. 46-74. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.170987>.
- DJAVAN. *Esquinas*. In: **DJAVAN**. *Lilás*. Rio de Janeiro: Sony Music, 1984. 1 disco sonoro (LP).
- EUCLIDES, Maria Simone. Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas. 2017. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2017.
- EVANGELISTA, Marcela Boni. A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista. *Oralidades*, v. 4, n. 7, p. 169-82, 2010. Disponível em: <https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/2019-09/Oralidades%207.pdf#page=169>.
- FAIRCLOUGH, Norman; MELO, Iran Ferreira de. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'agua*, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728/51460>.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001
- FARBER, Susana Gauche; VERDINELLI, Miguel Angel; RAMEZANALI, Mehran. A universidade está contribuindo para a igualdade de gênero? Um olhar sobre a percepção dos docentes de pós-graduação. *Revista Gestão Universitária na América Latina-Gual*, p. 116-140, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2012v5n4p116>.
- FERREIRA, Michel Alves; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Mulheres na pós-graduação: qual o lugar delas. *Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, v. 15, p. 01-17, 2016. Disponível em: [http://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1470063617\\_ARQUIVO\\_ARTIGOS\\_NHCTVERSAOFINAL.pdf](http://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1470063617_ARQUIVO_ARTIGOS_NHCTVERSAOFINAL.pdf).
- FIALHO, Lia Machado Fiuza *et al.* O uso da história oral na narrativa da história da educação no Ceará. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo*, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3505/4059>.
- FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Revista Tempo e Argumento*, 12(29), e0102-e0102. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed Editora. 2008.
- FREITAS, M. C. A construção da identidade de estudantes no contexto da diversidade: um estudo sobre as relações de poder estabelecidos-*outsiders* na universidade pública. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 129 pp. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11648>.

- GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. *Como elaborar projetos de pesquisa*, 4, pp. 44-45. 2002.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas. São Paulo–SP. 1999. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>.
- GODINHO, Maria Inês Almeida. Violência simbólica contra a mulher: do espaço doméstico à universidade. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, v. 6, n. 1, p. 9-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2447-780X.2020.v6.n1.02.p9>.
- GÓIS, J. B. H. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. *Revista Estudos Feministas*, 16, pp. 743-768. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300002>.
- GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. *Cadernos Ebape*. BR, 8, pp. 1-18.b 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/scS6jvTKvtvf4fPwwfBrwSp/?lang=pt&format=pdf>.
- GOMES, Janaína Damaceno. *Elas são Pretas: cotidiano e sociabilidade de estudantes negras da UNICAMP*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2008.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Editora Vozes Limitada, 2017.
- GOMES, Daiane Daine de Oliveira; CARNEIRO, Elane Mendonça Conde; MADEIRA, Maria Zelma de Araujo. Mulheres negras, racismo estrutural e resistências. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23419>.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais*, (80), pp. 115-147. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>.
- HOLANDA, Maria Auxiliadora de Paula Gonçalves. *Trajetórias de vida de jovens negras da UnB no contexto das ações afirmativas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Nacional de Brasília, Brasília. 2008.
- HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Editora Elefante, 1ª ed., 2019.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

- JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, 2, pp. 254-294. 2008. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895937/mod\\_resource/content/1/04\\_OB-JACCOUD\\_MAYER.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895937/mod_resource/content/1/04_OB-JACCOUD_MAYER.pdf).
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.
- KYRILLOS, Gabriela de Moraes. Os direitos humanos das mulheres no Brasil a partir de uma análise interseccional de gênero e raça sobre a eficácia da convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW). 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2018.
- LADEIRA, Priscila Daniele. Histórias cruzadas: tramas de vida de estudantes negras graduandas da Universidade Federal de Viçosa. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.
- LAGE, Mariana Luísa da Costa. "IT IS NOT JUST HAIR!": THE ORGANISING PROCESS IN A BLACK COLLECTIVE WHICH ARTICULATES EMBODIED POLITICAL PRACTICES. 2020. Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2020.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. *Tabula rasa*, n. 9, p. 61-72, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/396/39600905.pdf>.
- MARCONDES, M. M. O.; PINHEIRO, L. S. O.; QUEIROZ, C. O.; QUERINO, A. C. O.; VALVERDE, D. O.; FRANÇA, D.; SILVA, T. D. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3039>.
- MARRARA, Thiago; GASIOLA, Gustavo Gil. Ações afirmativas e diversidade na pós-graduação. *Inclusão Social*, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1663>.
- MEDEIROS, H. A. V.; DEUS, R. de; NETO, M.; GOMES, A. M. Limites da lei de cotas nas universidades públicas federais. *Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 24, pp. 1-20. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275043450006.pdf>.
- MELO, Marília Cortes Gouveia de; RODRIGUES, Adriana Severo. Políticas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica: os centros de referência de atendimento às mulheres e a abordagem interseccional. *O Social em Questão*, v. 20, n. 38, p. 153-170, 2017.
- MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. 2009.

- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94). 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>.
- Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/doi-1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/doi-1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473).
- MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter. A práxis-crítica na tradição do pensamento social brasileiro. *Cadernos Ebape*. Br, v. 7, p. 516-524, 2009.
- MOREIRA, A. F. B., SILVA, T. T. da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In MOREIRA, Antônio F. B., SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez.
- MOUTINHO, M. G. Discurso em Unidades Fraseológicas: A Expressão “Lugar de Mulher é onde Ela Quiser”. *Revista Linguagem em Foco*, 11(2), pp. 208-218. 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/2922/2437>.
- NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos. Editora Zahar, 2021.
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisas em administração*, São Paulo, 1(3), pp. 1-5. 1996. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1973386/mod\\_resource/content/1/C03-art06.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1973386/mod_resource/content/1/C03-art06.pdf).
- NUNES, Sued. *Povoada*. In: **NUNES, Sued**. *Povoada*. [S.l.]: Sued Nunes, 2020. 1 disco sonoro (single).
- OLIVEIRA, Juliana Augusta Nonato de. Estudantes negros ingressantes na universidade por meio da reserva de vagas: um estudo sobre processos educativos de construção de identidade negra e pertencimento étnico-racial no ensino superior. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2013.
- OLIVEIRA, M. F. de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. *Universidade Federal de Goiás. Catalão-GO*. 2011. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf).
- OLIVEIRA FILHO, P. D. A mobilização do discurso da democracia racial no combate às cotas para afrodescendentes. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26, pp. 429-436. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400003>.
- ONUMA, Fernanda Mitsue Soares. Contribuição da análise crítica do discurso em Norman Fairclough para além de seu uso como método: novo olhar sobre as organizações. *Organizações & Sociedade*, v. 27, p. 585-607, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9270949>.

- ORLANDI, E. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- PATIAS, N. D.; HOHENDORFF, J. V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Psicologia em estudo*, 24. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/BVGWD9hCCyJrSRKrsp6XfJm/?format=pdf&lang=pt>.
- PEGADO, Rayna. A cor da vaga: ensaios sobre o racismo estrutural no ensino superior público. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 27 pp. 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9822>.
- PERDIGÃO, Denis Alves. O canto da sereia? A educação superior como uma (im)possibilidade de mudança na trajetória profissional da ralé brasileira. 247 p. Tese (Doutorado em Administração) Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2015.
- PEREIRA, Fabiana Santos; NETO, Ivan Rocha. Ações afirmativas: quem são os discentes da pós-graduação no Brasil?. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 15, n. 4, p. 105-127, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/13072>.
- PNAD. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>.
- PROPP. Perfil étnico-racial – Discentes da Pós-graduação. 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/propp/institucional/propp-numeros/perfil-etnico-racial-discentes-da-pos-graduacao/>.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO*. 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf).
- RESENDE, Viviane de Melo. Análise de Discurso Crítica: uma perspectiva transdisciplinar entre a linguística sistêmica funcional e a ciência social crítica. In: *Proceedings 33rd. International Systemic Functional Congress*. 2006.
- RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. *Ex Aequo*, Lisboa, v. 33, p. 149-161, 2016. Disponível em: [https://exaequo.apem-estudos.org/files/2016-07/10\\_MULHERES\\_NO\\_ENSINO\\_SUPERIOR\\_BRASILEIRO.pdf](https://exaequo.apem-estudos.org/files/2016-07/10_MULHERES_NO_ENSINO_SUPERIOR_BRASILEIRO.pdf).
- RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 10, p. 1-12, 2013.
- SANTOS, J. P. L. dos; MOREIRA, N. R. Articulando currículo, prática e cultura: exigências formativas que impactam a escolarização de mulheres negras no ensino superior brasileiro. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, pp. 233-254. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i31.10678>.

- SANTOS, V. M. D. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, 30. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>.
- SCHMIDT, Beatriz; PALAZZI, Ambra; PICCININI, Cesar Augusto. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497966365017/497966365017.pdf>.
- SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: estudos em psicologia*, 1(1). 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/download/6224/3816>.
- SILVA, E. D. J. F. da. Entre vivências e lembranças de uma Comunidade Quilombola: história, memória e discurso. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 241 pp. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/30848>.
- SILVA, Guilherme Henrique Gomes da. Um panorama das ações afirmativas em universidades federais do sudeste brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, p. 184-206, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145665>.
- SILVA, Eveline Pena da. Estudantes negras cotistas: um enfoque feminista negro decolonial sobre gênero e raça no ensino superior brasileiro. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- SILVA, Maria de Lourdes. Enfrentamentos ao racismo e discriminações na educação superior: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- SILVA, Marcos Antonio Batista da. Discursos étnico-raciais de pesquisadores (as) negros (as) na pós-graduação: acesso, permanência, apoios e barreiras. *Psicologia em Revista*, v. 22, n. 2, p. 537-540, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682016000200017&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000200017&lng=pt&nrm=iso).
- SILVA, Juliana Marcia Santos. Mães negras na pós-graduação: uma abordagem interseccional. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 150 pp. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32119>.
- SILVA, Everton Rodrigues da; GONÇALVES, Carlos Alberto. Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. *Cadernos Ebape. Br*, v. 15, p. 1-20, 2017. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/5VhkLY4QKyXrR4NqFmtgWrQ/?format=pdf&lang=pt>.

SILVA JUNIOR, Lenilton Damiano da. Análise do discurso de campanhas publicitárias machistas, não conservadoras e racistas. *Revista Linguagem*, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/164>.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* UFMG, 2010.

TABORDA, Camila Oliveira et al. A meritocracia e o ensino superior. In: SILVA, Jailson de Souza et al. *Práticas Pedagógicas e a lógica meritória na universidade. Coleção Grandes Temas do Conexão de Saberes*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, p. 102-109, 2006. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/332.pdf#page=103>.

MESQUITA, Juliana Schneider; TEIXEIRA, Juliana Cristina; SILVA, Caroline Rodrigues. “Cabelo (crespo e cacheado) pro alto, me levando a saltos” em meio à ressignificação das identidades de mulheres negras em contextos sociais e organizacionais. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 19, n. 2, p. 227-256, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21529/RECADM.2020010>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Ações afirmativas na pós-graduação. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/propp/pos-graduacao/acoes-afirmativas-na-pos-graduacao/#:~:text=A%20Universidade%20Federal%20de%20Juiz,todos%20os%20cursos%20da%20instituicao%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 01 de abr. de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pós-graduandas lançam coletivo AfroFlor. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/11/22/pos-graduandas-lancam-coletivo-afroflor/>. Acesso em 16 de dez. de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Dia da Mulher Negra evidencia desafios sobre acesso e visibilidade. 2021a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/07/30/dia-da-mulher-negra-evidencia-desafios-sobre-acesso-e-visibilidade/>. Acesso em 28 de nov. de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Às vésperas de completar dez anos, Lei de Cotas é tema de live nesta sexta, 19. 2021b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/11/18/as-vesperas-de-completar-dez-anos-lei-de-cotas-e-tema-de-live-nesta-sexta-19/>. Acesso em 28 de nov. de 2021.

VAN DIJK, Teun A.; MEDEIROS, Breno Wilson Leite; ANDRADE, Maria Lúcia CVO. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. *Linha d'Água*, v. 26, n. 2, p. 351-381, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/65164/71595>.

VAN DIJK, Teun A. *Racismo y discurso en América Latina*. Editorial Gedisa, 2019.

VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão. 2019. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/12384>.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), pp. 203-220. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>.

WERNECK, J. Introdução. In: EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Pallas Editora, 2016.

XAVIER, Giovana. Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história. Malê, 2019.

## APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

- 1 - Você acessou a pós-graduação a partir de alguma política de ação afirmativa? Se sim, qual?
- 2 - Você já participou de alguma forma de coletivo dentro da universidade? Quais?
- 3 - Como foi sua trajetória acadêmica antes da pós-graduação? Você sempre quis seguir essa carreira?
- 4 - Você percebe diferenças significativas entre sua experiência na graduação e na pós-graduação?
- 5 - Você já vivenciou ou testemunhou situações de machismo e racismo na pós-graduação? Poderia compartilhar alguma experiência?
- 6 - Você acredita que as práticas institucionais da universidade contribuem para a manutenção dessas opressões? De que forma?
- 7 - Quais estratégias individuais você adotou para lidar com situações de machismo e racismo na universidade?
- 8 - A universidade oferece suporte suficiente para garantir sua permanência? O que poderia ser melhorado?
- 9 - Como você avalia a política de cotas na pós-graduação? Você acredita que ela atende às necessidades das estudantes negras?
- 10 - Que outras ações afirmativas poderiam ser implementadas para garantir maior permanência e conclusão dos cursos de pós-graduação para mulheres negras?